CAMÕES
INSTITUTO
DA COOPERAÇÃO
E DA LÍNGUA
PORTUGAL
MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS

Aprovado
1.12.2014
RUI CHANCERELLE DE MACHETE
Ministro de Estado
e dos Negócios Estrangeiros

PLANO DE ATIVIDADES

2015

Ficha técnica

Título:

Plano de Atividades do Camões, IP

Edição:

Camões, Instituto da Cooperação e da Língua, I.P.

Ministério dos Negócios Estrangeiros

Data:

Novembro de 2014

Contacto:

Av. da Liberdade, 270, 1250-149 Lisboa

Tel. (351) 21 310 91 00

Website:

www.instituto-**camoes**.pt/

Índice

Nota Introdutória 3
I. Enquadramento. Contexto funcional 5
1.1 Missão e atribuições 5
1.2 Estrutura Organizacional 5
1.3 Organograma 6
II. Objetivos 7
2.1 Objetivos Estratégicos 7
2.2 Objetivos Operacionais 8
III. Recursos 9
3.1 Recursos Humanos 9
3.2 Recursos Financeiros 9
3.3 Recursos Tecnológicos 10
IV. Atividades Previstas 13
4.1 Potenciar a presença de Portugal no Mundo 13
4.2. Reforçar as Relações Bilaterais e Multilaterais 13
4.3. Prosseguir a melhoria do Planeamento, Gestão e Modernização Administrativa 14
V. Atividades Previstas por Unidade Orgânica 17
5.1 Gabinete de Avaliação e Auditoria (GAA) 17
5.2 Gabinete de Documentação e Comunicação (GDC) 18
5.3 Gabinete de Programas e Acordos Culturais (GPAC) 20
5.4 Direção de Serviços da Cooperação (DSC) 22
5.5 Direção de Serviços da Língua e Cultura (DSLC) 28
5.6 Direção de Serviços de Planeamento e Gestão (DSPG) 34
5.7 Adjuntos do Conselho Diretivo 39
VI. Modernização Administrativa 41
VII. Anexos 43
Anexo 1 – QUAR 2015 i
Anexo 2 - Cronograma do projeto “Gestão de Qualidade” v
Anexo 3 – Matriz de Medidas de Modernização Administrativa xix
Anexo 4 - Rede Externa: Língua, Cultura, Cooperação xxiiii

Nota Introdutória

O Plano de Atividades do Camões – Instituto da Cooperação e da Língua, I.P., (Camões, I.P.) obedece às orientações estabelecidas no Decreto-lei 183/96 de 27 de setembro e enquanto tal, define a estratégia, hierarquiza opções, programa ações e afeta para esse efeito recursos, tendo também em consideração a proposta do Governo sobre as Grandes Opções do Plano para 2015.

A sua elaboração obedeceu a uma metodologia participativa que visa o envolvimento das diferentes unidades orgânicas e hierarquias do Camões, I.P., procurando desta forma que o próprio Plano de Atividades seja um instrumento de agregação em torno de objetivos comuns embora diferenciados em função das competências específicas e especializadas de cada unidade orgânica.

Como princípios gerais, são consideradas as orientações da tutela plasmadas no Programa do Governo de "melhorar a coordenação e eficácia da ajuda externa ao desenvolvimento" e "acautelar um serviço eficiente no ensino e divulgação da língua portuguesa no mundo" como linhas fundamentais para a atuação da instituição.

Não obstante as linhas de continuidade identificadas, em 2015 o Camões, I.P. deverá prosseguir um conjunto de atividades que acentuarão a consolidação da instituição na sequência dos passos encetados em 2012 – ano da criação do Instituto e da fusão entre o Instituto Camões e o Instituto Português de Apoio ao Desenvolvimento – o de 2013 e 2014 de confirmação e ajustamento dos procedimentos. Nesse sentido, será dada especial atenção à rede externa no sentido de afirmar uma imagem comum, disponibilizar serviços idênticos (cursos de língua, bibliotecas, divulgação) e consolidar a ação conjunta nos países parceiros da Cooperação Portuguesa, através da fusão das estruturas locais numa lógica integrada de parceria para o desenvolvimento.

No quadro da política de cooperação, a ação será balizada pelo Conceito Estratégico da Cooperação Portuguesa 2014-2020 e pelas estratégias setoriais aprovadas, bem como pelos compromissos internacionais assumidos, sendo de realçar os compromissos firmados no Fórum de Alto Nível de Busan, do qual resulta a Declaração de Busan para uma Maior Eficácia do Desenvolvimento, bem como os compromissos a este nível reassumidos no contexto da União Europeia, e os Princípios de "*Good Humanitarian Donorship*". É priorizada a eficiência, eficácia e relevância, das intervenções, e preconiza a transparência e prestação de contas, conforme as recomendações do CAD/OCDE.

Realça-se ainda que os esforços na área da cooperação são um investimento na erradicação da pobreza e no desenvolvimento sustentável dos países parceiros, numa relação que se pretende próxima e de benefícios mútuos, e que estes esforços integram a política externa a par de outros vetores como sejam a diplomacia económica e a diplomacia cultural.

A nova visão para a atuação no quadro da cooperação para o desenvolvimento implicará construir consensos, alinhar incentivos e mobilizar recursos, numa abordagem integrada cabendo ao Camões, I.P. a coordenação de toda a cooperação oficial portuguesa. Pretende-se ainda projetar a atuação do Camões como parceiros de cooperação, mais influente na Europa e nos debates internacionais e mais próximo dos parceiros e do terreno, valorizando para tal, o papel das embaixadas, no processo de identificação de prioridades, na tomada de decisão e no acompanhamento dos projetos. O Camões, I.P., manterá o reforço de parcerias inclusivas e abrangentes que valorizem as mais-valias específicas dos atores estatais e não estatais (com fins lucrativos ou não lucrativos).

No quadro da Língua e Cultura, prosseguirão as reformas encetadas com vista ao aprofundamento dos resultados nas suas áreas de intervenção em matéria de promoção externa da língua e cultura portuguesa, com especial enfoque no ensino do português, a divulgação das formas de expressão artística de criadores portugueses, nomeadamente, através do desenvolvimento de conteúdos culturais de forma a poderem servir para uma divulgação alargada junto de diversos públicos no estrangeiro. Na sequência da aprovação do Plano de Ação de Lisboa, enquanto política comum dos Estados Membros da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP), dispomos de uma visão estratégica comum e global para a internacionalização da Língua Portuguesa, com destaque para o seu lugar na ciência e na inovação.

É de fixar a relevância da língua portuguesa no seio da própria CPLP, e nomeadamente em Estados Membros multilingues, em função do seu papel transversal na educação e no conhecimento. A língua portuguesa representa, assim, um recurso ao serviço da capacitação e fator reconhecido pelos países parceiros na sua estratégia de desenvolvimento.

No domínio do Planeamento e Gestão, área instrumental para todo o funcionamento da instituição nas suas dimensões interna e externa, deverá continuar a deter especial centralidade o esforço com vista à obtenção da certificação do sistema da Gestão da Qualidade (nos termos da norma ISSO 9001) a par de um conjunto de projetos e ações no âmbito da modernização administrativa. Nesse domínio, é de notar a disponibilização do Balcão Único, que ocorrerá em 2015, com benefícios para os utilizadores dos nossos serviços.

I. Enquadramento. Contexto funcional

1.1 Missão e atribuições

O Camões, I.P., é um instituto público, integrado na administração indireta do Estado, dotado de autonomia administrativa, financeira e património próprio.

Tendo sido criado pelo Decreto-lei nº 21/2012 de 30 de janeiro e resultando da fusão do Instituto Camões, I.P, e do Instituto de Apoio ao Desenvolvimento, I.P., com o objetivo de obter um aumento da eficácia na prestação dos serviços públicos que prosseguiam aquelas duas instituições, o Camões, I.P., tem por missão propor e executar a política de cooperação portuguesa e coordenar as atividades de cooperação desenvolvidas por outras entidades públicas que participem na execução daquela política.

Simultaneamente compete ainda ao Camões, I.P., propor e executar a política de ensino e divulgação da língua e cultura portuguesas no estrangeiro, assegurando a presença de leitores de português e gerir a rede de ensino de português no estrangeiro a nível básico e secundário.

O Plano de Atividades do Camões, I.P., reflete assim a complementaridade da diversidade e abrangência temática e geográfica da sua Missão, tal como resulta da definição que lhe é dada pelo enquadramento legal aplicável, recordando-se que o Decreto-lei 21/2012 determina que o Camões, I.P., deve "potenciar a capacidade de intervenção no desenvolvimento da política de cooperação internacional e de promoção externa da língua e da cultura portuguesas".

1.2 Estrutura Organizacional

A estrutura organizacional adotada para o Camões, I.P., reflete as preocupações inerentes à sua criação, i.e. a integração de funções e a busca de sinergias entre as áreas de intervenção da instituição e uma otimização do uso dos recursos humanos tendo em vista, ainda, uma redução das redundâncias e dos custos de funcionamento sem afetar a coerência da intervenção e a capacidade de resposta.

Ao nível da Direção superior, o Camões, I.P., integra um Presidente, um Vice-Presidente e dois Vogais e dispõe ainda, nos termos do artigo 17º da Lei nº 3/2004, de 15 de janeiro, de um Fiscal Único, órgão responsável pelo controlo da legalidade, da regularidade e da boa gestão financeira e patrimonial do Instituto.

Ao nível da direção intermédia está dotado de três unidades orgânicas nucleares:

- Direção de Serviços de Cooperação
- Direção de Serviços da Língua e Cultura
- Direção de Serviços de Planeamento e Gestão

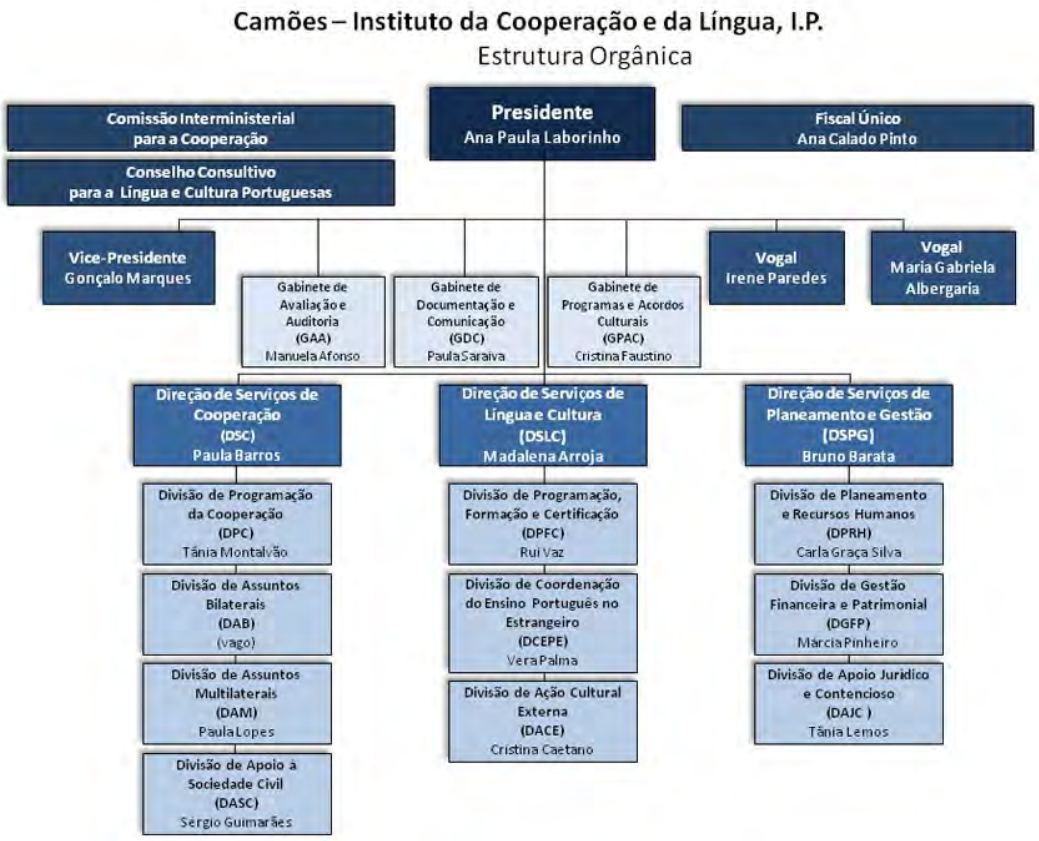
As diferentes competências destas estão, por sua vez, distribuídas por treze unidades orgânicas flexíveis definidas na Deliberação 1201/2012 de 27 de julho do Conselho Diretivo do Camões, I.P.

A Portaria 194/2012 de 20 de junho que aprova os Estatutos do Camões, I.P., prevê ainda a criação de um Gabinete de Avaliação e Auditoria que está subordinado hierárquica e funcionalmente ao Conselho Diretivo.

Por deliberação do Conselho Diretivo foram criadas igualmente as seguintes unidades orgânicas flexíveis:

- Gabinete de Documentação e Comunicação
- Gabinete de Programas e Acordos Culturais

1.3 Organograma



II. Objetivos

2.1 Objetivos Estratégicos

Tal como referido, os objetivos estratégicos do Camões, I.P. inserem-se nas determinações do Programa do XIX Governo Constitucional e, em particular, nas linhas determinadas para área da Politica Externa, em especial quanto se refere à "importância do relacionamento com os países de expressão portuguesa (e) a relevância da língua que nos une". Os dois vetores chave da intervenção do Camões, I.P., aparecem assim associados, reforçando a lógica funcional que ditou a criação da instituição à qual foi atribuída a responsabilidade de "potenciar a capacidade de intervenção no desenvolvimento da política de cooperação internacional e de promoção externa da língua e da cultura portuguesas".

Acresce que as Grandes Opções do Plano para 2015 (GOP), na linha de continuidade que se justifica no quadro da legislatura, reconhecem a relevância da **cooperação para o desenvolvimento** sublinhando que "após a aprovação, em fevereiro de 2014, do Conceito Estratégico da Cooperação Portuguesa 2014-2020, importará operacionalizar os objetivos, princípios e prioridades consignados, mobilizando os atores nacionais em torno de uma política de cooperação mais alinhada, mais instrumental e mais visível e assente numa lógica de gestão por resultados". Neste âmbito, realçam-se as novas áreas de intervenção (energia, crescimento verde ou mar), o papel de novos atores (setor privado), o reforço de parcerias estratégicas (cooperação delegada e triangular) e a promoção de novos modelos de financiamento (com realce para as oportunidade de parceria no novo período de programação (2014-2020) dos fundos europeus estruturais e de investimento.

É igualmente reafirmada, para 2015, a "continuidade da estratégia de afirmação da **língua portuguesa**", valorizando-se a "sua dimensão como língua de conhecimento e de inovação" e, no âmbito do ensino do Português no estrangeiro, a promoção de um "sistema de qualidade, nomeadamente através da monitorização científica e pedagógica dos cursos das redes públicas, associativas e particulares, da progressiva extensão do sistema de avaliação e certificação das aprendizagens". Persistir-se-á igualmente no "reforço da cooperação com países cuja planificação linguística integra ou prevê integrar o português como língua curricular".

De forma sintética, e seguindo o definido no Quadro de Avaliação e Responsabilização (QUAR) de 2015 do Camões, I.P., são **Objetivos Estratégicos** da instituição:

- OE1: Potenciar a capacidade de intervenção da Política de Cooperação para o Desenvolvimento e de promoção da Língua e da Cultura Portuguesas;
- (OE2): Produzir e implementar uma política de gestão pela qualidade total, que se traduza na transparência, eficácia e eficiência da atividade;

- (OE3): Integrar as estruturas onde coincidam Cooperação, Língua e Cultura para a sua racionalização e maior eficácia;
- (OE4): Promover o cumprimento dos compromissos internacionais assumidos em matéria de Ajuda Pública ao Desenvolvimento (APD);
- (OE5): Estruturar e coordenar a política de difusão e promoção da Língua e da Cultura Portuguesas no estrangeiro contribuindo para a estratégia de Diplomacia Económica e consolidação da Marca Portugal.

2.2 Objetivos Operacionais

No contexto do QUAR 2015, destacam-se pela sua relevância para o presente Plano de Atividades;

❖ **Objetivos Operacionais de Eficácia (45%)**:

- Qualificar as redes de ensino/aprendizagem de língua portuguesa e de divulgação da cultura portuguesa, das culturas em língua portuguesa e de formação intercultural (OE 3 e 5);
- Potenciar as estruturas externas da Língua, Cultura e Cooperação nos PALOP e TL como polos de Educação e Cultura para o Desenvolvimento (OE 3);
- Produzir e divulgar informação sobre fluxos de ajuda externa relativos à APD (OE 4);
- Potenciar a mobilização de recursos financeiros adicionais (OE 1);
- Reforçar a capacidade de intervenção do Camões no Quadro da Politica de Cooperação para o Desenvolvimento (OE 1);

❖ **Objetivos Operacionais de Eficiência (30%)**:

- Contribuir para que as prioridades da política externa portuguesa nas áreas da Cooperação para o Desenvolvimento e da Língua e Cultura sejam refletidas no plano Europeu e Multilateral (OE 1 e 5);
- Promover o financiamento, implementação e/ou gestão de PPA bilaterais (OE 1 e 4);
- Garantir o funcionamento do sistema de controlo interno (OE 1, 4 e 5)

❖ **Objetivos Operacionais de Qualidade (25%)**:

- Garantir a satisfação dos utilizadores (OE 1 e 5)
- Assegurar um conjunto de políticas de gestão de pessoas, visando a qualificação, capacitação e satisfação de colaboradores (OE 1 e 5);
- Desenvolver uma cultura de melhoria contínua, otimizando e garantindo a eficiência dos recursos internos e externos por forma a garantir, por forma a garantir a validação do processo de certificação do Camões IP (OE 2).

III. Recursos

3.1 Recursos Humanos

Para a concretização das atribuições fixadas no âmbito da missão do Camões, I.P., foi aprovado, para 2015, o mapa de pessoal com um total de 173 colaboradores (sede) dos quais 98 correspondem a técnicos superiores, o que representa uma taxa de tecnicidade superior a 50%.

De notar que a redução de um posto de trabalho na categoria de técnico superior se integra no âmbito do processo de rescisões por mútuo acordo ocorrida em 2014.

Designação Cargo / Carreira / Grupo	2014	2015	Variação
Dirigente Superior de 1.º Grau	1	1	0
Dirigente Superior de 2.º Grau	3	3	0
Dirigente Intermédio de 1.º Grau	3	3	0
Dirigente Intermédio de 2.º Grau	13	13	0
Técnico Superior	99	98	-1
Assistente Técnico	45	45	0
Assistente Operacional	6	6	0
Informático	4	4	0
SubTotal	**174**	**173**	**-1**
Docentes do Ensino Básico e Secundário	371	333	-38
Docentes do Ensino Superior (Leitores)	52	44	-8
SubTotal	**423**	**377**	**-46**
TOTAL	**597**	**550**	**-47**

Fonte: DPRH/DSPG

Na rede de Ensino do Português no Estrangeiro (rede EPE), sinaliza-se uma redução de 46 postos de trabalho na prossecução de uma política de reestruturação da rede EPE e do esforço de contenção da despesa pública.

Importa ainda registar que, no plano das chefias intermédias, de 1º grau e 2º grau, foram finalizados quinze (15) concursos públicos (3 chefias intermédias de 1º grau e 12 chefias intermédias de 2º grau) pelo que, com exceção de uma chefia de divisão, todos os restantes dirigentes se encontram em exercício de funções por nomeação em comissão de serviço.

3.2 Recursos Financeiros

Em 2015, o orçamento do Camões, I.P., prevê uma dotação global de 61, 7 Milhões de euros a que corresponde um aumento de 11% relativamente a 2014.

Importa destacar que 17% das receitas do orçamento para 2015 resultam de fontes de financiamento alternativas ao OE, designadamente de financiamento comunitário no âmbito dos projetos de cooperação delegada (9,3 M€).

Sublinha-se que este financiamento comunitário apenas foi concedido em resultado da certificação do Camões, I.P., reconhecida pela Comissão Europeia, no seguimento de auditoria levada a cabo em 2013.

Distribuição do Orçamento por Fontes de Financiamento Unid: €

Fontes de Financiamento	2014		2015		Diferença 2014-2015	
	Valor	%	Valor	%	Valor	%
FF 311 (OE)	48.984.034,00 €	88%	49.280.897,00 €	80%	296.863,00 €	1%
FF 480 (UE)	3.559.206,00 €	6%	9.334.195,00 €	15%	5.774.989,00 €	62%
FF 510 (RP)	1.433.091,00 €	3%	1.540.000,00 €	2%	106.909,00 €	7%
FF 540 (FRI)	1.500.000,00 €	3%	1.550.000,00 €	3%	50.000,00 €	3%
TOTAL	**55.476.331,00 €**	**100%**	**61.705.092,00 €**	**100%**	**6.228.761,00 €**	**11%**

Fonte: Orçamento de 2014 e projeto de orçamento para 2015

Da análise da afetação do orçamento por Atividades (FF311), constata-se que do total dos 49,2 M€, 47% (22,9 M€) se destinam a financiar o Ensino do Português no Estrangeiro, 30% (14,6 M€) vão para o Apoio ao Desenvolvimento, 9% (4,6 M€) para a Divulgação da Cultura Portuguesa e 14% (7 M€) para as atividades administrativas de suporte.

Distribuição do Orçamento por Atividades FF311 Unid: €

Atividades	2014		2015		Diferença 2014-2015	
	Valor	%	Valor	%	Valor	%
178 Cooperação Internacional	14.387.952,00 €	29%	14.685.699,00 €	30%	297.747,00 €	2%
183 Presença Portuguesa no Exterior	5.368.303,00 €	11%	4.642.712,00 €	9%	- 725.591,00 €	-16%
198 Ensino de Português no Estrangeiro	23.304.047,00 €	48%	22.923.310,00 €	47%	- 380.737,00 €	-2%
258 Gestão Administrativa	5.923.732,00 €	12%	7.029.176,00 €	14%	1.105.444,00 €	16%
TOTAL	48.984.034,00 €	100%	49.280.897,00 €	100%	296.863,00 €	1%

Fonte: Orçamento de 2014 e projeto de orçamento para 2015

Em termos comparativos, regista-se uma redução de 16% na Atividade 183 “Presença Portuguesa no Exterior” devido à racionalização da despesa com a rede externa assente na fusão dos orçamentos dos Centros Culturais Portugueses (CCP) e dos Setores da Cooperação nos PALOP e Timor Leste.

3.3 Recursos Tecnológicos

Em 2015, dar-se-á continuidade ao reforço e aprofundamento do uso intensivo das tecnologias de informação e comunicação, como dimensão essencial para o funcionamento do Camões, I.P., tendo presente a ampla dimensão de atuação do Instituto, designadamente ao nível da rede externa.

Neste sentido, para além da disseminação do uso das tecnologias e da formação dos colaboradores, foram identificados como projetos âncora, a desenvolver e implementar em 2015, a operacionalização da ferramenta estratégica *Balanced ScoreCard*, a Inventariação & Catalogação de imobilizado e, ainda, a disponibilização do Balcão Único (*vd.* ponto respeitante à modernização).

IV. Atividades Previstas

As atividades previstas para 2015 procuram dar corpo aos Objetivos Estratégicos numa lógica de convergência de ações que se reforçam mutuamente em termos de eficácia e que se conjugam tendo presente a lógica inerente à criação do Camões, I.P. Por uma razão metodológica poderão ser agrupadas dentro de três grandes domínios:

4.1 Potenciar a presença de Portugal no Mundo

Considerando a política de cooperação para o Desenvolvimento como eixo central da política externa portuguesa, e tendo sido aprovado, em fevereiro de 2014, o Conceito Estratégico da Cooperação Portuguesa 2014-2020, importa operacionalizar os objetivos, princípios e prioridades consignados, mobilizando os atores nacionais em torno de uma política de Cooperação mais alinhada, mais instrumental e mais visível e assente numa lógica de gestão por resultados que potencie a presença de Portugal no Mundo.

Neste âmbito, realçam-se as novas áreas de intervenção (energia, crescimento verde ou mar), o papel de novos atores (setor privado), o reforço de parcerias estratégicas (cooperação delegada e triangular) e a promoção de novos modelos de financiamento (com realce para as oportunidade de parceria no novo período de programação (2014-2020) dos Fundos Europeus Estruturais e de Investimento).

É também de destacar o potencial que advém da Presidência do Grupo de Doadores em Moçambique (G-19), que Portugal assumirá a 1 de junho de 2015 e a retoma da cooperação institucional com a Guiné-Bissau, no quadro geoestratégico em que aquele país se insere.

Reconhecendo-se à Língua Portuguesa um papel central na estruturação das relações de Portugal com diversos países e instituições, estudos realizados demonstram também um valor económico que importa aproveitar e promover. Para o efeito pretende-se potenciar quer os pontos da Rede de Ensino da Língua Portuguesa quer uma maior articulação entre a diplomacia económica e a diplomacia cultural de forma a potenciar a Marca Portugal. Este esforço terá de ser desenvolvido através de uma estreita articulação com as Missões Diplomáticas tendo em consideração quer os recursos disponíveis quer o potencial revelado por cada uma das áreas de responsabilidade daquelas missões.

4.2. Reforçar as Relações Bilaterais e Multilaterais

Desenvolvendo-se a atividade do Camões, I.P., no quadro da Politica Externa portuguesa e no âmbito das vertentes bilaterais e multilaterais, a cooperação portuguesa assume relevante papel nos dois planos. Em termos bilaterais, importa dar sequência ao reforço da qualidade dos programas, projetos e ações (PPA) definidos como prioritários com os países parceiros tendo presente a preocupação de reduzir os custos de transação e de execução.

Para se obter uma melhor gestão da cooperação portuguesa importa ainda assegurar através de uma interação acrescida com outros atores nacionais públicos e da sociedade civil, o reforço do papel do Camões, I.P., como organismo coordenador da cooperação portuguesa.

Em termos multilaterais, o Camões, I.P., deverá propor, implementar e acompanhar propostas tendentes a reforçar a componente de cooperação na Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP), na Conferência Ibero-Americana (CIB) mas também no quadro das Nações Unidas, contribuindo, nomeadamente, para a obtenção de consensos na discussão sobre a redefinição da arquitetura da ajuda e da agenda pós-2015 para a qual tem vindo a contribuir ativamente.

Também a ação no domínio da Língua e da Cultura portuguesas contribuem para o reforço das relações bilaterais e multilaterais. Assim, prosseguiremos um conjunto de iniciativas que contribuam para o reforço da Língua Portuguesa nomeadamente através da afirmação da rede do ensino básico e secundário como sistema de qualidade, o alargamento da oferta dos estudos portugueses no ensino superior dos países parceiros, o desenvolvimento da cooperação com países da CPLP, nomeadamente a conjugação de esforços e uma ação concertada para maior visibilidade internacional do português como língua global e como língua de conhecimento. Neste contexto será central a implementação do Programa de Ação de Lisboa incluindo o fomento e a circulação de artistas e bens culturais dos países de língua portuguesa como modos de fomentar a economia criativa. A mesma ação concertada será prosseguida nos domínios da língua e da cultura no espaço ibero-americano e, na UE, junto dos organismos comunitários como a Direção Geral de Tradução e as entidades responsáveis pelo Programa Europa Criativa.

4.3. Prosseguir os processos de melhoria do Planeamento, Gestão e Modernização Administrativa

Em 2015, no seguimento do processo de consolidação da área de suporte administrativo – desde a implementação de uma única plataforma integradora dos processamentos de todos os vencimentos (da sede e da rede externa) à interoperabilidade com a gestão dos recursos humanos (assiduidade e cadastro)[1] – o esforço na área do planeamento e gestão administrativa centrar-se-á no reforço da modernização dos serviços em conformidade com o previsto no DL nº 73/2014, de 13 de maio.

Neste sentido, privilegiar-se-á a prossecução do projeto Gestão da Qualidade, em linha e no seguimento do objetivo já previsto no QUAR 2014 “Desenvolver uma cultura de melhoria contínua, otimizando e garantindo a eficiência dos recursos internos e externos, por forma a garantir a validação do processo de certificação”.

[1] Na sequência do processo de fusão do IPAD e IC (em 2012, aquando da fusão, existiam quatro aplicações distintas para o processamento de vencimentos)

Simultaneamente, será implementado um conjunto de projetos e de ações que operacionalizam a modernização administrativa desde a área da gestão documental e comunicação, à área da gestão orçamental e patrimonial, passando também pela área jurídica (vd ponto da modernização administrativa)

V. Atividades Previstas por Unidade Orgânica

As orientações e objetivos estratégicos definidos no Plano de Atividade 2015 traduzem-se em outros objetivos estratégicos e operacionais de cada unidade orgânica que leva em linha de conta as especificidades das atribuições estabelecidas pela Portaria nº 194/2012 de 20 de julho conforme a seguir discriminadas.

5.1 Gabinete de Avaliação e Auditoria (GAA)

O Gabinete de Avaliação e Auditoria (GAA) possui as seguintes competências:

a) Proceder à avaliação da execução dos programas, planos e projetos, em função dos objetivos definidos, diretamente ou através de avaliação externa;
b) Propor os termos de referência e selecionar as entidades responsáveis pela avaliação interna ou externa de programas, projetos e ações;
c) Colaborar em avaliações conjuntas com outros parceiros, designadamente organismos internacionais e com serviços congéneres de outros Estados;
d) Produzir informação técnica na área da avaliação, disseminando informação sobre os resultados das avaliações realizadas e propondo mecanismos para a incorporação da experiência adquirida na programação e em programas, projetos e ações futuros;
e) Promover a realização de auditorias internas aos serviços do Camões, I. P., e externas, de acordo com as normas aprovadas.

A atividade do GAA é transversal ao Camões, I.P., sendo a sua atividade de especial interesse, ao nível interno junto das restantes unidades orgânicas, e ao nível externo junto dos ministérios setoriais, países parceiros e entidades executoras dos programas e projetos relacionados com o âmbito de atividade do Camões, I.P.

Em 2015, terá lugar o 5º Exame do CAD à Cooperação Portuguesa, processo complexo que culminará com o Exame no dia 10 de novembro em Paris. O processo inclui a elaboração de um Memorando da Cooperação Portuguesa, a deslocação à sede e ao terreno da equipa de examinadores (Secretariado do CAD, Luxemburgo e República Checa), bem como a apresentação dos resultados em Lisboa. O GAA terá o papel de coordenação deste processo, nomeadamente a preparação das visitas e a articulação dos diversos atores institucionais envolvidos no processo.

Programas

A operacionalização dos objetivos identificados para o GAA será efetuada através de um conjunto de dois programas que abrangem como grandes áreas:

- Avaliação
- Auditoria

Atividades

i. Implementação do Plano de Avaliação;

ii. Implementação do Plano de Auditoria;

iii. Conceção de documentos estratégicos GAA/Camões, I.P.;

iv. Acompanhamento dos *fora* internacionais em matéria de avaliação

v. Preparação da avaliação do CAD.

Recursos

Os recursos humanos, no total de cinco, distribuem-se conforme seguinte quadro (lista nominal e distribuição por categorias: 1 dirigente intermédio e 5 técnicos superiores):

Manuela Afonso	Chefe de Divisão
Carolina Estróia	Técnica Superior
Maria João Robalo	Técnica Superior
Mário Ribeiro	Técnico Superior
Pedro Amaral	Técnico Superior
Rita Santos	Técnica Superior

5.2 Gabinete de Documentação e Comunicação (GDC)

O Gabinete de Documentação e Comunicação (GDC), criado enquanto unidade orgânica flexível por deliberação do Conselho Diretivo do Camões, I.P., na dependência direta do Conselho Diretivo, tem as seguintes competências, segundo a Portaria n.º 194/2012, de 20 de junho:

a) Conceber, atualizar e aplicar os critérios e norma se produtos de comunicação da imagem do Camões, I. P., e das suas atividades, nos domínios da cooperação e da difusão da língua e da cultura;
b) Conceber e manter atualizado o sítio do Camões, I. P., na Internet, bem como outras formas inovadoras de comunicação e interação;
c) Promover ações de sensibilização e informação dos diferentes grupos -alvo das atividades do Camões, I. P., em articulação com os serviços responsáveis por essas atividades;
d) Assegurar os procedimentos inerentes à tradução, edição e distribuição de publicações da responsabilidade do Camões, I.P., bem como à participação em publicações de outros parceiros, em diferentes suportes;
e) Assegurar a pesquisa, aquisição, tratamento, conservação e difusão de toda a informação relevante para a atividade do Camões, I.P.;

f) Definir uma política de gestão do arquivo do Camões, I. P., assegurando o respetivo acesso ao público, nos termos da lei;
g) Manter os serviços informados sobre a atividade do Camões, I.P.

Programas

A operacionalização dos objetivos identificados para o GDC será efetuada através de um conjunto de **3 programas** que abrangem como grandes áreas:

- Qualidade
- Comunicação
- Documentação

Atividades

A concretização dos programas nas áreas acima identificadas será assegurada por um conjunto de 12 atividades:

- **Duas** na área da **Qualidade,** que visam (i) avaliar a execução dos processos necessários ao cumprimento do disposto no Decreto-lei 73/2014 de 15 de maio relativo à modernização administrativa – garantindo-se o cumprimento dos procedimentos definidos no sistema de gestão para a certificação da qualidade do Camões, I.P., nomeadamente a conformidade do portal na Internet e na Intranet e a presença do Camões, I.P., nos portais do governo (portal do cidadão) conforme o exigido no DL 73/2014 no âmbito do processo de modernização administrativa e medindo-se os resultados de satisfação dos clientes na plataforma de elogios e melhorias no apoio aos eventos no âmbito da diplomacia cultural – e (ii) adequar a Estratégia de Comunicação do Camões, I.P., ao Ano Europeu para o Desenvolvimento e Agenda pós-2015, promovendo ainda atividades integradas no âmbito da Cooperação da Língua e da Cultura através da apresentação de um Plano de atividades no âmbito da Agenda Pós-2015 para o Desenvolvimento, que seja transversal à Cooperação, Língua e Cultura.

- **Três** na área da **Comunicação,** que visam (i) cumprir a Estratégia de Comunicação do Camões, I.P., (operacionalizando-a em atividades específicas como referido *supra*), (ii) promover a comunicação externa e interna do Camões, I.P. (difundindo a informação noticiosa e institucional no portal do Camões, I.P., na Intranet, Facebook, JL, Clipping e contactos com os média) e, por fim (iii) organizar, na sede, ações no âmbito da Diplomacia Cultural e da Ação Cultural Externa.

- **Sete** na área da **Documentação** abrangendo não só os Arquivos – onde se prevê (i) colaborar com o MNE no grupo de trabalho para a elaboração da Portaria de Gestão Documental; (ii) concluir o processo de digitalização do Arquivo dos Espoliados; (iii)

implementar o sistema de gestão de Arquivos Archeevo e proceder ao tratamento arquivístico do Arquivo Histórico Camões (27.000 processos) – como no âmbito das Bibliotecas onde se propõe (iv) acompanhar a implementação de programa de gestão de bibliotecas na sede e na rede externa; (v) a reorganização da Biblioteca física na sede do Camões, I.P.; (vi) a formação dos técnicos de Biblioteca da rede externa e o acompanhamento técnico na organização dos serviços de Biblioteca e, por fim, (vii) a verificação, correção e atualização de registos migrados para o novo catálogo Bibliográfico comum "Biblionet".

Recursos

Os recursos humanos do Gabinete de Documentação e Comunicação são constituídos por 6 elementos (1 dirigente, 2 técnicos superiores, 2 assistentes técnicos e 1 assistente operacional) e distribuem-se de acordo com o seguinte quadro:

Paula Saraiva	Chefe de Divisão
Maria do Céu Novais	Técnico superior
Paulo Gonçalves	Técnico superior
Filomena Silva	Assistente Técnico
António Azevedo	Assistente Técnico
Rogério Nunes	Assistente Operacional

5.3 Gabinete de Programas e Acordos Culturais (GPAC)

O Gabinete de Programas e Acordos Culturais (GPAC) possui, nos termos da Lei, as seguintes competências:

a) Dar apoio técnico à representação do país na negociação de acordos e outros instrumentos internacionais de âmbito cultural coordenando a participação dos demais serviços e departamentos de Estado competentes;
b) Acompanhar a execução dos acordos de cooperação cultural, através da elaboração de programas de cooperação, em articulação com os serviços e departamentos de Estado competentes, sem prejuízo do previsto na alínea b) do n.º 4 do artigo 3.º;
c) Dar apoio técnico à representação do país em organizações internacionais e outros fora nos domínios da cultura e da língua;
d) Promover, coordenar e desenvolver as relações diplomáticas na área cultural, designadamente através de contactos privilegiados com as missões diplomáticas acreditadas em Lisboa;
e) Dar apoio técnico na organização de reuniões internacionais no domínio da língua e da cultura;

f) Assegurar a ligação com os serviços congéneres, nacionais e estrangeiros;

g) Assegurar a coordenação da elaboração de relatórios sobre as atividades desenvolvidas nos domínios da língua e da cultura portuguesas, em países com os quais Portugal mantém relações diplomáticas, para informação atualizada dos órgãos da tutela.

Programas

Para a concretização das suas atribuições, o GPAC definiu um total de **3 programas**, que a seguir se elencam:

- vinculação de Portugal a acordos internacionais nas áreas da língua, educação, cultura, desporto, juventude e comunicação social (doravante, acordos de cooperação cultural);
- coordenação da negociação de instrumentos juridicamente não vinculativos, em aplicação dos acordos de cooperação cultural em vigor;
- preparação e realização de encontros politico-diplomáticos, de caráter bilateral e multilateral, em Portugal ou no estrangeiro.

Atividades

A concretização dos programas nas áreas acima identificadas será assegurada por um conjunto de 8 atividades:

- **Duas** na área dos **acordos de cooperação cultural** e que passam pela (i) articulação com os competentes departamentos setoriais, consolidando-se uma visão estratégica conjunta e abrangente e (ii) pela instrução de processos de aprovação interna dos acordos de cooperação cultural, uma vez assinados;

- **Duas** na área da **negociação de instrumentos juridicamente não vinculativos** e que se consubstancia na (i) negociação, *stricto sensu*, de programas de cooperação cultural e na (ii) negociação de outros instrumentos bilaterais de cooperação cultural;

- **Quatro** no âmbito da **preparação de reuniões/encontros político-diplomáticos** e que se materializam (i) no acompanhamento da atividade de organizações de caráter multilateral; (ii) na representação ou apoio à participação do MNE/Camões, I.P., em reuniões internacionais; (iii) na organização e/ou preparação de reuniões internacionais, de caráter bilateral ou multilateral, em Portugal e no estrangeiro e, por fim, (iv) na atualização (através da coordenação da elaboração de relatórios) da informação relativa ao relacionamento bilateral nas áreas de competência do Camões, I.P., (cooperação, língua e cultura).

Recursos

Em termos de recursos Humanos**,** a equipa da GPAC conta, atualmente, com 6 elementos, incluindo a chefe de divisão e dois diplomatas.

Cristina Isabel da Costa Pinto Faustino	Chefe de Divisão
João Manso Preto	Diplomata
Isabel Raimundo	Diplomata
Maria Noémia Marques	Técnico superior
Ana Maria Azemel	Técnico superior
Ana Paula Gonçalves	Assistente Técnico

5.4 Direção de Serviços da Cooperação (DSC)

Cabe à DSC assegurar a coordenação e concretização da cooperação portuguesa, através de serviços de qualidade, estruturados numa gestão por resultados em prol da erradicação da pobreza e do desenvolvimento sustentável.

Compete-lhe assim:

a) assegurar o planeamento e programação das atividades da cooperação portuguesa, à luz dos objetivos e prioridades definidos pela tutela;
b) promover a execução e o acompanhamento de programas, projetos e ações de cooperação para o desenvolvimento e capacitação, de educação para o desenvolvimento e de ajuda humanitária e de emergência, bem como a coordenação de intervenções e atores, reforçando a coerência das políticas para o desenvolvimento;
c) assegurar a participação portuguesa nos sistemas, europeu e multilateral da cooperação;
d) e articular com os diversos parceiros da sociedade civil em prol do desenvolvimento global — humano, social, económico e ambiental.

Programas

Para 2015 a Direção de Serviços priorizará quatro processos de especial relevância estratégica: (i) a operacionalização do Conceito estratégico da Cooperação Portuguesa 2014-2020 enquanto processo essencial na materialização dos princípios e objetivos definidos, assente numa alargada corresponsabilização decorrente do trabalho em articulação com os parceiros; (ii) a preparação e realização do *Peer Review* do CAD à Cooperação portuguesa, momento fundamental de avaliação pelos Pares no sentido da melhoria contínua; (iii) a implementação do Ano Europeu do Desenvolvimento sob o lema "O nosso mundo, a nossa

dignidade, o nosso futuro", de que o Camões, I.P. é o coordenador nacional (o objetivo deste Ano Europeu é o de contribuir para informar, sensibilizar e promover o interesse, a participação e o pensamento crítico dos cidadãos portugueses no que concerne às políticas de cooperação para o desenvolvimento portuguesa e da UE; (iv) a participação ativa no processo de negociação da Agenda Pós-2015 e do Financiamento do Desenvolvimento, incluindo a revisão do Conceito de APD tanto no quadro das Nações Unidas como da União Europeia e do CAD, tendo presente o Documento de Posição portuguesa acordado e que mereceu endosso do Conselho de Ministros.

Tem presente o âmbito alargado da sua ação, a DSC promoverá o reforço das relações Bilaterais e Multilaterais e proporá medidas de reforço da complementaridade e de criação de sinergias entre estes dois âmbitos de atuação.

Contribuirá, por outro lado, para aprofundar a coordenação nacional através do Fórum de Cooperação para o Desenvolvimento e da Comissão Interministerial para a Cooperação.

Na concretização das suas atividades promoverá a articulação com as autoridades dos países parceiros de cooperação, procurando identificar e apoiar intervenções de caráter estruturante e de impacto reconhecido.

Neste contexto, o reforço da coordenação e da comunicação entre o Camões, I.P., a Direção Geral de Política Externa e a rede diplomática será incrementada, contribuindo para uma participação mais ativa e eficaz nos esforços de desenvolvimento dos países parceiros. Para tal, pretende-se valorizar o papel das embaixadas, no processo de identificação de prioridades, na tomada de decisão e no acompanhamento dos projetos.

A Direção de Serviços trabalhará na sistematização e análise das práticas de implementação dos projetos e estabilizará os mais adequados mecanismos de gestão neste domínio, a serem aplicados aos projetos da responsabilidade da instituição.

Manterá uma continuidade de apoio a áreas tradicionais da cooperação nas quais existem claras mais-valias, como sejam a Justiça, Segurança, Educação e Saúde e procurará abranger temáticas inovadoras como sejam a Energia, o Mar ou a Investigação aplicada. Manterá também o acompanhamento dos projetos de cooperação no âmbito das alterações climáticas em concurso, tendo presente que o ano de 2015 deverá constituir um marco no âmbito das alterações climáticas com a esperada adoção, em dezembro, em Paris de um protocolo, outro instrumento legal ou acordo juridicamente vinculativo, aplicável a todas as partes e que substituirá o Protocolo de Quioto a partir de 2020. Este processo vai implicar que as Partes desenvolvidas e em desenvolvimento adequem as suas políticas por forma a acomodar estratégias de desenvolvimento de baixo carbono, resilientes aos efeitos negativos das alterações climáticas. A par deste processo e de modo a harmonizar e tornar mais eficientes as metodologias de contabilização da ajuda importa acompanhar os trabalhos em curso no CAD/OCDE sobre os Marcadores do Rio."

Assegurará ainda, no contexto do plano de formação o reforço de competências dos técnicos da Direção de Serviços, prioritariamente no quadro da gestão técnica e financeira dos projetos.

Será promovido igualmente o reforço da eficácia individual e da ação conjunta das UO numa lógica mais integrada e coerente da sua atuação e responsabilidades e da presença em cada país parceiro, aprofundando, sempre que se justifique a abordagem bi-multi. Assim a definição de prioridades das UO será mais estratégica e concentrada no número limitado de atividades de maior fôlego.

A operacionalização dos objetivos identificados para a DSC será efetuada através de quatro unidades orgânicas:

- ✓ Divisão de Planeamento e Programação (DPC)
- ✓ Divisão de Cooperação Bilateral (DAB)
- ✓ Divisão de Assuntos Multilaterais (DAM)
- ✓ Divisão de Apoio à Sociedade Civil (DASC)

que, de forma articulada e interdependente, implementam **4 programas**.

Relativamente às atividades de programação da cooperação realça-se a sua importância enquanto UO de pensamento estratégico e de reflexão das temáticas da cooperação, ponto de partida para os exercícios de planeamento. As UO bilateral e da Sociedade Civil são UO eminentemente operacionais onde o enfoque é dado aos processos de análise preparação da tomada de decisão sobre todos os PPA's (programas, projetos e ações), em todos os domínios da cooperação para o desenvolvimento, assegurando o seu acompanhamento e supervisão. A complementaridade e criação de sinergia entre os PPA trabalhados em cada contexto, é fundamental e prioritário. Relativamente à UO responsável pelo contexto Multilateral o ano de um 2015 será particularmente intenso em termos de debates internacionais com repercussões importantes tanto no domínio da Cooperação para o Desenvolvimento, nomeadamente na cooperação bilateral, como no plano nacional.

Atividades

Para concretização dos quatro programas estão previstas um total de 25 atividades.

- **Sete** no contexto da **Divisão de Programação da Cooperação** (DPC) sendo que, à cabeça, se destaca (i) a elaboração dos novos documentos de programação por país (Moçambique; Cabo Verde; Guiné Bissau e São Tomé e Príncipe) que tenham presente os resultados e avaliação dos anteriores e o acompanhamento da execução dos vários Programas de Cooperação em curso. Uma segunda atividade prende-se com (ii) o acompanhamento dos grupos de trabalho temáticos, em particular o GT de Estatística e de Financiamento do Desenvolvimento e o GT de Eficácia do

Desenvolvimento (quer no âmbito da Parceria Global, quer no âmbito UE), os relativos ao envolvimento do setor privado na Cooperação, de particular prioridade e relevância, bem como os GT de Apoio ao Orçamento em Cabo Verde, o G19 em Moçambique com a respetiva Presidência Portuguesa e o GT sobre o III Plano para a Integração dos Imigrantes e Eliminação da Mutilação Genital Feminina. Diretamente relacionado com esta segunda atividade, será de destacar o acompanhamento e participação no exercício de monitorização dos compromissos de Busan, nomeadamente no que se refere ao compromisso da Transparência, que implicará a avaliação do grau de implementação do Common Standard. Há ainda a referir a atividade que se prende com (iii) a recolha, tratamento e divulgação da informação relativa ao Esforço Financeiro Global em matéria de apoio ao desenvolvimento; com a (iv) operacionalização do Fundo Empresarial da Cooperação Portuguesa (FECOP) e (v) com a realização do exame do CAD à Cooperação Portuguesa, a participação na elaboração do Memorando com a produção dos contributos necessários para o efeito. Por último, destacam-se a (vi) operacionalização do Sistema Integrado da Cooperação Portuguesa (SIICP) em 2015 e (vii) a elaboração dos documentos necessários ao Planeamento, Programação e Acompanhamento das atividades da Cooperação portuguesa.

- **Sete** no âmbito da **Divisão de Cooperação Bilateral** (DAB) que passam essencialmente (i) pela análise, apresentação de propostas, bem como a emissão de parecer prévio vinculativo previsto na lei, sobre programas, projetos e ações (PPA) a promover ou a apoiar, em todos os domínios da cooperação para o desenvolvimento, designadamente educação, saúde, justiça, desenvolvimento rural, ambiente, género, capacitação institucional, formação profissional, capacitação científica e tecnológica, apoio ao empreendedorismo e desenvolvimento empresarial; (ii) acompanhamento e supervisão da execução dos PPA referidos na alínea anterior, participando no reforço dos procedimentos relativos á cooperação delegada; (iii) coordenação e gestão dos programas orçamentais transversais relativos à cooperação para o desenvolvimento (com elaborar dos respetivos relatórios de execução); (iv) análise e acompanhamento dos assuntos que careçam de uma abordagem setorial e dos PPA de natureza transversal; (v) prestação de apoio técnico e logístico à CIC; (vi) ligação aos serviços parceiros nacionais e estrangeiros no quadro da identificação e implementação dos projetos, garantindo o funcionamento das respetivas Comissões de Acompanhamento Estratégico quando existam e, por fim, (vii) na coordenação e acompanhamento da atividade dos agentes de cooperação, promovendo no âmbito dos projetos em curso a eficácia da sua ação.

- **Sete** atividades no contexto da **Divisão de Apoio à Sociedade Civil** (DASC) que tem a sua atividade ancorada num apoio a projetos de organizações da sociedade civil, nomeadamente no quadro de linhas de financiamento próprias. A merecer especial realce a (i) implementação do Ano Europeu do Desenvolvimento que implicará que a atuação da DASC seja direcionada para a obtenção de resultados específicos, nomeadamente, o de permitir maior e melhor informação quanto às políticas de cooperação para o desenvolvimento nacionais e da UE; maior e melhor participação na definição e implementação das políticas de Cooperação para o Desenvolvimento nacionais e da UE (potenciando-se sinergias e o trabalho em rede entre parceiros) e, por último, maior e melhor sensibilização para os benefícios globais das politicas de Cooperação para o Desenvolvimento, consolidando-se o sentimento de responsabilidade, solidariedade e oportunidade. Para além desta atividade específica relacionada com o Ano Europeu do Desenvolvimento, as atividades a prosseguir pela DASC passarão também (ii) pelo registo, reconhecimento e renovação do estatuto jurídico de ONGD; (iii) pela execução, acompanhamento da execução e avaliação da Estratégia Nacional de Educação para o Desenvolvimento 2010-2015 (ENED); (iv) pela coordenação das ações de respostas em situações de Ajuda Humanitária; (v) pela articulação com as ONGD e a Plataforma Portuguesa das ONGD, (vi) por assegurar a representação nacional junto de organizações multilaterais e europeias responsáveis pela definição de políticas da cooperação, em matérias relacionadas com Sociedade Civil, Educação para o Desenvolvimento, Ajuda Humanitária e Cooperação Intermunicipal e (vii) pela execução e acompanhamento da execução do Programa Nacional de Trabalho para o Ano Europeu para o Desenvolvimento (2015).

- **Quatro** atividades no contexto da atuação da **Divisão de Assuntos Multilaterais** (DAM), com um ano de 2015 particularmente intenso em termos de debates internacionais. Neste âmbito destacam-se (i) a coordenação e definição da posição nacional nas instâncias europeias (grupos do Conselho e Comités de financiamento) e multilaterais (incluindo, entre outras, a Agenda para o Desenvolvimento pós-2015 e a operacionalização, no plano interno, da coerência das politicas, a terceira Conferência Internacional sobre o Financiamento do Desenvolvimento e o processo de implementação do Novo Acordo para o Envolvimento em Estados Frágeis); (ii) a coordenação da definição da posição nacional no quadro da CPLP e da Conferencia Ibero-Americana, na área do desenvolvimento, assegurando-se a divulgação interna e externa da informação sobre as temáticas acompanhadas; (iii) o acompanhamento e contribuição para o debate acerca da implementação da Agenda para a Mudança da UE, incluindo no que respeita à Programação Conjunta e (iv) coordenação e definição da posição nacional relativamente a outras temáticas abordadas no âmbito de organizações e fóruns multilaterais como sejam a OCDE, Fórum Global Migrações

e Desenvolvimento, UNESCO, Fundo Global de Combate à SIDA, Malária e Tuberculose e outros fóruns e organizações relevantes.

Recursos

Para a execução das suas atividades a DSC conta com 45 colaboradores, dos quais 41 Técnicos superiores (que integram 1 Diretor de Serviços e 3 Chefes de Divisão), e 4 Assistentes Técnicos.

Direção de Serviços da Cooperação (DSC)	
Diretora de serviços	Maria Paula Marques Faria de Barros
Assistente Técnico	Maria José Rodrigues dos Santos
Assistente Técnico	Manuela Caseiro
Assistente Técnico	Lurdes Amorim
Assistente Técnico	Helena Costa
Divisão de Programação da Cooperação (DPC)	
Chefe de Divisão	Tânia Montalvão
Técnico Superior	Alexandra Fidalgo
	Ana Cortes
	António Campos
	Edite Singens
	Graça Rocha
	Isidora Frasquilho
	Odete Serra
	Sara Dias
	Sofia Pinheiro
Divisão dos Assuntos Bilaterais (DAB)	
Chefe de Divisão	**Vago**
Técnico Superior	Ana Miranda
	Ana Paula Oliveira
	António Nunes
	Carla Morgado
	Cristina Bandeira
	Daniela Galan
	Elisabete Mendes
	Eugénia Mendes
	Fábio Sousa
	Filipa Abreu
	Helena Guerreiro
	Irina Amaro
	Joaquim Dias
	Lucilia Mendes

	Maria Carmo Fernandes
Divisão dos Assuntos Multilaterais (DAM)	
Chefe de Divisão	Paula Lopes
Técnico Superior	Eduarda Silva
	Helena Vaquinhas
	Joaquim Neves
	Jocelina Graça
	Ligia Figueiredo
	Lurdes Caiado
	Nuno Vaz
	Patricia Fonseca
Divisão de Apoio à Sociedade Civil (DASC)	
Chefe de Divisão	Sérgio Guimarães
Técnico Superior	António Torres
	Celeste Sebastião
	Lara Ramusga
	Marta Luís
	Rita Nascimento

5.5 Direção de Serviços da Língua e Cultura (DSLC)

Prosseguirá uma ação que tem como orientação a crescente relevância internacional da língua portuguesa – pelo incremento do seu ensino e do seu uso na produção e comunicação de conhecimento – bem como, ainda, pelo recurso às tecnologias de informação e comunicação (TIC) como vias de acesso a repositórios científicos sobre a língua portuguesa e em língua portuguesa, artísticos e culturais. É ainda de considerar como linha orientadora da nossa ação a relevância da língua portuguesa no seio da própria CPLP e nomeadamente em Estados-Membros multilingues, em função do seu papel transversal a toda a área da educação, da ciência e da inovação, assumindo-se como recurso de capacitação para uma educação assente nos princípios da igualdade e da inclusão social, condições essenciais para a erradicação da pobreza.

Será mantido o objetivo de integração curricular do português nos sistemas de ensino secundário de países do Magrebe, África Austral e América Latina, para além dos países com significativas diásporas portuguesas, bem como na formação superior de professores de português língua estrangeira, em articulação com outros países da CPLP.

No ensino superior, continuará o apoio aos programas de estudos portugueses nas instituições dos países parceiros, promovendo, sempre que possível, a articulação com as instituições de ensino superior portuguesas. Será também apoiado o uso do português na produção e comunicação científicas, nomeadamente através de projetos que propiciem as relações entre departamentos de investigação de universidades e instituições da CPLP.

Considerando ainda a dimensão internacional da Língua Portuguesa e a sua utilização em contextos profissionais diversificados, será ampliada a oferta de cursos presenciais e a distância de língua portuguesa para fins específicos, desde o português para os negócios à defesa, do português jurídico à diplomacia, do português médico às energias.

Tendo em conta a ação do Camões, I.P. junto de diferentes públicos, continuaremos uma intervenção que terá em conta diferentes metodologias de ensino e abordagens em função dos públicos, prosseguindo a elaboração de referenciais específicos, a avaliação das aprendizagens de acordo com padrões internacionais, a extensão da certificação a novos públicos e países. No âmbito da formação de professores de Português Língua Estrangeira, será criado um sistema de certificação que permita uma maior qualificação e reconhecimento de habilitações para esta docência específica. Também prosseguirá o apoio à formação superior de tradutores e intérpretes de português, nomeadamente promovendo parcerias entre universidades africanas e europeias, em articulação com departamentos da União Europeia e das Nações Unidas.

No âmbito da ação cultural externa, serão mantidas as parcerias com entidades públicas e privadas, no sentido de concertar a apresentação externa das expressões artísticas contemporâneas, extensiva aos diversos domínios das indústrias culturais e criativas, privilegiando os diálogos entre tradição e modernidade. Nesse sentido, serão favorecidas as iniciativas de divulgação de promoção da Marca Portugal, através de ações integradas e multidisciplinares, em espaços de prestígio internacional.

Nestes termos, o Conceito Estratégico da Cooperação Portuguesa (Resolução do Conselho de Ministros nº17/2014) reconhece “a importância da cultura para a construção de sociedades multiculturais, com capacidade de desenvolver e valorizar a sua especificidade cultural no plano internacional”, pelo que “importa promover as áreas do património e das artes, nas suas diversas vertentes” em países parceiros da cooperação para o desenvolvimento.

Nos países parceiros da Cooperação Portuguesa, serão desenvolvidos Projetos que sirvam o desenvolvimento humano, em linha com o Conceito Estratégico da Cooperação Portuguesa (Resolução do Conselho de Ministros nº17/2014) reconhece “a importância da cultura para a construção de sociedades multiculturais, com capacidade de desenvolver e valorizar a sua especificidade cultural no plano internacional”, pelo que “importa promover as áreas do património e das artes, nas suas diversas vertentes” em países parceiros da cooperação para o desenvolvimento.

Continuaremos ainda o programa de requalificação da rede de Centros Culturais Portugueses, enquanto plataformas de intervenção regional, fomentando o diálogo intercultural, a divulgação de novas produções artísticas, bem como o aprofundamento do conhecimento da criação contemporânea.

Programas

Os programas, projetos e atividades da DSLC para 2015 foram definidos tendo em conta a necessidade de (i) prosseguir trabalhos que estão a ser desenvolvidos para, por um lado, projetar a língua portuguesa, quer como língua global, quer como língua de educação, quer, ainda, como língua cujo património cultural, capital semântico e simbólico, aproxima as comunidades portuguesas e de língua portuguesa e, por outro, (ii) no sentido de fomentar o diálogo intercultural, a divulgação de novas produções artísticas, o aprofundamento do conhecimento da criação contemporânea e de afirmar a cultura como eixo de desenvolvimento, bem como afirmar o potencial económico que está associado à língua e cultura, em articulação com (ii) os "grandes objetivos do plano governamental" (GOP) no contexto da atuação linguístico cultural no estrangeiro e, ainda, (iii) as linhas de força do Plano de Ação de Lisboa (PALis) de 2013.

A operacionalização dos objetivos identificados para a DSLC será efetuada através de três unidades orgânicas:

- ✓ Divisão de Programação, Formação e Certificação,
- ✓ Divisão de Coordenação de Ensino
- ✓ Divisão de Ação Cultural Externa,

que, de forma articulada e interdependente, implementam **6 programas**:

- Português no Mundo
- Português Língua de Herança
- Português, Educação e Desenvolvimento
- Ação Cultural Externa
- Cultura e Desenvolvimento
- Centro Virtual Camões: Tecnologias de informação e comunicação na globalização da língua portuguesa

Atividades

Para a concretização dos programas estão previstos um total de 53 atividades.

- **Treze** atividades no âmbito do **Programa Português no Mundo** (da responsabilidade da DCEPE e da DPFC), a saber (i) ensino e aprendizagem de Português Língua Estrangeira (PLE): Leitorados e docência ao abrigo de protocolos de cooperação; (ii) tradução e interpretação: com formação especializada e em cooperação com a Comissão Europeia e Parlamento Europeu; (iii) conhecimento e investigação, que abrange a rede de cátedras; (iv) aprendizagem, formação e investigação que inclui o programa de bolsas; (v) a criação de um Quadro de Níveis de Referência para a Língua Portuguesa; (vi) a criação de um conjunto de cursos de PLE para Fins

Específicos; (vii) a implantação de um Sistema de Certificação de Professores de PLE; (viii) a criação de um sistema de certificação e Avaliação de Alunos de PLE – Ensino Básico e Secundário; (ix) a integração curricular da opção PLE em Escolas do Ensino Secundário; (x) a criação de um sistema híbrido de ensino e aprendizagem de Português Língua Materna (PLM) para alunos do Ensino Básico e Secundário – Famílias em recente mobilidade, expatriadas e/ou emigradas; (xi) a Formação de professores de PLE; (xii) a implementação de estruturas logísticas o que passa pela criação e/ou gestão dos Centros de Língua Portuguesa e, por fim, (xiii) continuar a implementar os Centros de Avaliação e Certificação de PLE e os Centros de ensino associados.

- **Cinco** atividades no âmbito do **Programa Português Língua de Herança** (da responsabilidade da DCEPE e da DPFC), diretamente relacionados com (i) as redes de ensino e aprendizagem do Português Língua de Herança (PLH) no ensino básico e secundário; (ii) a formação de professores PLH; (iii) a integração curricular da opção PLH em Escolas do Ensino Básico e Secundário locais; (ix) a criação de escolas associadas e de centros de avaliação e certificação de PLH e, por fim, (x) dois projetos especiais autónomos sendo o primeiro o Plano de Incentivo à Leitura e, o segundo, relativo aos portefólios de ensino e aprendizagem de PLH adaptados aos contextos das culturas em presença.

- **Quinze** atividades no âmbito do **Programa de Português, Educação e Desenvolvimento** (da responsabilidade da DCEPE e da DPFC), que se divide em dois grupos de países: CPLP (PALOP/TL) e Outros Países APD. No grupo da CPLP, destacam-se (i) os Leitorados e docência ao abrigo de protocolos de cooperação, sendo o ensino e a aprendizagem do Português enquadrados como Língua Segunda (PLS); (ii) a formação especializada em tradução e interpretação em cooperação com o Consórcio Pan-africano de Interpretação de Conferência e Tradução (PAMCIT); (iii) o conhecimento e investigação através da rede de cátedras, em que serão privilegiadas investigações no âmbito da caracterização do português em contacto com outras línguas nacionais, o ensino do português em contextos de diversidade linguística, o ensino do português língua oficial em contextos multilingues, o ensino bilíngue; (iv) a aprendizagem, formação e investigação através do programa de bolsas; (v) o acompanhamento científico-pedagógico de projetos de LP em contexto de desenvolvimento; (vi) a formação de formadores e professores de PLS e a criação e/ou gestão dos Centros de Língua Portuguesa. Também na esfera dos Outros Países APD, estão previstas atividades no âmbito dos (i) Leitorados e docência previstos em protocolos de cooperação; (ii) a formação especializada em tradução e interpretação em particular em organizações internacionais; (iv) a promoção de conhecimento e investigação através da rede de cátedras; (v) a formação e a investigação através do programa de bolsas; (vi) a formação de professores de PLE; (vii) a gestão/criação de

Centros de Língua Portuguesa (CLP); (viii) a integração curricular da opção PLE em Escolas do Ensino Secundário e, por último, (ix) a criação de centros de ensino associado e de centros de avaliação e certificação de PLE.

- **Seis** atividades no que concerne ao **Programa Ação Cultural Externa** (da responsabilidade da DACE), com objetivos (i) de alargamento da esfera de influência da língua e cultura portuguesas no mundo, assente nos conceitos de contemporaneidade, empreendedorismo e criatividade, recorrendo-se aos Centros Culturais Portugueses (CCP), Centros de Língua Portuguesa (CLP), rede diplomática e rede de ensino e investigação; (ii) de relação sinérgica entre diplomacia económica e diplomacia cultural, estimulando a apresentação das indústrias culturais e criativas nos mercados internacionais, em diversos domínios e em resultado de uma articulação intersetorial (Audiovisual, Arquitetura, Design e moda, Digital); (iii) de uma ação cultural externa concertada, reforçando a parceria interinstitucional através de protocolos de cooperação com outras instituições nacionais (Biblioteca Nacional de Portugal, Universidade do Algarve, Casa Fernando Pessoa); (iv) de promoção do livro de ciência, de ensaio e de escrita literária, através dos programas de apoio à edição, de feiras e de apetrechamentos bibliográficos; (v) de divulgação da língua e cultura portuguesas em função dos blocos regionais, reforçando o trabalho em rede, de que se destaca a EUNIC, integrando a realização de projetos conjuntos, entre "clusters" na Europa e no resto do mundo, com destaque para os países que aderiram recentemente à EU e para os países da área mediterrânica; e, por fim, (vi) a gestão das estruturas externas constituídas pelos Centros Culturais Portugueses.

- **Oito** atividades no que toca ao **Programa Cultura e Desenvolvimento** (da responsabilidade da DACE)**,** que se divide em dois grupos de países**:** CPLP (PALOP/TL) e Outros Países APD. Nos países da CPLP destacam-se atividades (i) de diálogo entre a cultura portuguesa e as culturas de língua portuguesa (através da programação cultural); (ii) de integração da cultura nas políticas de desenvolvimento, contribuindo para a formação e capacitação de atores culturais através de ações em diversos domínios artísticos e técnicos; (iii) de reforço da cooperação com as estruturas culturais locais, promovendo a participação em eventos organizados por instituições públicas e privadas nacionais; (iv) de promoção do livro de ciência, de ensaio e de escrita literária (através de programas de apetrechamentos bibliográficos da rede de bibliotecas) e (v) de celebração de eventos bi ou multilaterais de caráter histórico. Nos Outros Países APD, destacam-se as atividades que têm como objetivo (vi) valorizar a diversidade cultural e promover o património material e imaterial (reforçando a cooperação luso-brasileira, promovendo a cultura portuguesa contemporânea, incentivando a mobilidade de artistas e de criadores portugueses em redes de programação no contexto ibero-americano); (vii) difundir a cultura portuguesa na Ásia, fortalecendo a presença nos mercados das indústrias culturais e

criativas, em particular nos domínios da arquitetura, audiovisual, design e livro e, por último, (viii) a difusão do património e fortalecimento do intercâmbio cultural no Médio Oriente e Magrebe, envolvendo a participação de instituições públicas e privadas.

- **Seis** atividades no âmbito do **Programa Centro Virtual Camões**: **Tecnologias de informação e comunicação na globalização da língua portuguesa** (da responsabilidade da DPFC) e que passam (i) pela Formação a distância (não só a formadores e professores de PLE, PLH; PLS, como também sobre temas de cultura contemporânea portuguesa e História); (ii) pelo ensino e aprendizagem a distância; (iii) pela autoaprendizagem e autoformação (com disponibilização de produtos didáticos e culturais e interação com o Instituto Internacional de Língua Portuguesa (IILP)); (iv) pela Biblioteca digital; (v) pela criação, promoção e gestão das comunidades educativas e culturais no Sistema Integrado de Informação (SII) e, por fim, (vi) por campanhas de *marketing* para promoção da língua portuguesa.

Recursos

Os recursos humanos, no total de 23 (19 técnicos superiores e 4 assistentes técnicos), distribuem-se conforme o seguinte quadro:

Direção de Serviços de Língua e Cultura	
Diretora de Serviços	Madalena Arroja
Assistente Técnico	Maria Goreti Marques
Divisão de Programação, Formação e Certificação	
Chefe de Divisão	Rui Vaz
Técnico Superior	(Vago)
Técnico Superior	**(Vago)**
Técnico Superior	Maria de Fátima Mendes
Técnico Superior	Maria Joana Rosário
Técnico Superior	Maria de Fátima Páscoa
Divisão de Coordenação de Ensino Português no Estrangeiro	
Chefe de Divisão	Vera Palma
Técnico Superior	Anna Amado
Técnico Superior	Maria José Machado
Técnico Superior	(Vago)
Técnico Superior	Toríbia Cancela
Técnico Superior	Sérgio de Almeida
Técnico Superior	(Vago)
Técnico Superior	Sónia Mendes
Técnico Superior	Ana Andrade

Divisão de Ação Cultural Externa	
Chefe de Divisão	Cristina Caetano
Técnico Superior	Eunice Santos
Técnico Superior	Maria João P. Correia
Técnico Superior	Sandra Boavida
Técnico Superior	Isabel Jerónimo
Técnico Superior	João Passeiro (doença prolongada)
Assistente Técnico	Maria Elisabete Poderoso
Assistente Técnico	Joaquim Caparica de Sousa

5.6 Direção de Serviços de Planeamento e Gestão (DSPG)

A Direção de Serviços de Planeamento e Gestão (DSPG) prevê, no seu planeamento para 2015, para além da atividade corrente, um conjunto de atividades estratégicas com vista a prosseguir os esforços de modernização administrativa que têm vindo a ser desenvolvidos em convergência com a consolidação das políticas públicas de modernização da Administração Pública, conforme previsto no DL nº 135/99, de 22 de abril, na redação atual dada pelo DL nº 73/2014, de 13 de maio.

Assim, e tendo presente a natureza transversal das atribuições da DSPG[2] enquanto unidade orgânica de apoio a todos os restantes serviços, internos e da rede externa, identificam-se para 2015 três projetos-chave: (i) *Balanced Scorcard* (BSC); (ii) Inventário & Catalogação de Imobilizado; (iii) Datajuris; (iv) Operacionalização do Balcão Único

Deste modo, a partir destes quatro projetos-chave – que integram respetivamente as dimensões do planeamento estratégico e da gestão dos recursos humanos, da gestão financeira e patrimonial e da assessoria jurídica e contencioso, e da melhoria do serviço prestado ao público – procura-se favorecer um funcionamento organizacional do Camões, I.P., mais simplificado, mais produtivo e mais transparente em linha com o objetivo estratégico definido no QUAR "Produzir e implementar uma política de gestão pela qualidade, que se traduza na transparência, eficácia e eficiência da atividade".

De destacar ainda, o envolvimento da DSPG na prossecução do projeto iniciado em 2014 "Gestão da Qualidade" – projeto transversal a todas as unidades orgânicas – cuja concretização se prevê para maio de 2015, conforme cronograma de faseamento do projeto, e que se assume como um projeto central para o desenvolvimento de uma cultura de melhoria contínua do Instituto[3].

[2] Cfr artigo 5º da Portaria nº 194/2012, de 20 de junho
[3] A apresentação e cronograma do projeto fazem parte do PA 2015 (anexo)

Programas

O maior desafio que se coloca à DSPG, pela natureza da sua missão, é a conjugação da gestão diária da atividade corrente (dando respostas às diversas solicitações, internas e externas, bem como ao cumprimento de reportes cujos prazos os serviços não podem falhar) sem perder de vista a gestão estratégica sustentada em atividades estruturantes que possam, de forma efetiva, contribuir para o aperfeiçoamento contínuo da organização e funcionamento do Camões, I.P.

É neste quadro, que nas áreas de intervenção da DSPG, se identifica o seguinte conjunto de Programas Projetos e Atividades (PPA) desenvolvidos pelas suas 3 divisões, a saber:

- ✓ Divisão de Planeamento e Recursos Humanos
- ✓ Divisão de Gestão Financeira e Patrimonial
- ✓ Divisão de Apoio Jurídico e Contencioso

❖ No âmbito do **Planeamento Estratégico e Gestão dos Recursos Humanos** identificam-se **quatro programas**:

- Gestão Estratégica dos Recursos Humanos
- Avaliação e Formação
- Gestão Integrada de Vencimentos, Assiduidade e Cadastro
- Recrutamento e Seleção de Pessoal

A concretização dos programas na área acima identificada será assegurada por um conjunto de 7 **Atividades**:

- Na área da **Gestão Estratégica dos Recursos Humanos** através de **quatro** atividades, nomeadamente a (i) identificação das necessidades de recursos humanos (mapa de pessoal, perfis e funções); (ii) da uniformização dos procedimentos administrativos da Rede EPE; (iii) da operacionalização da plataforma da Bolsa de candidatos a Agentes de Cooperação; (iv) e do desenvolvimento do programa "Bem-Estar Camões";

- Na área da **Avaliação e Formação** mediante **duas** atividades, a saber (i) a implementação e acompanhamento do sistema de avaliação de desempenho dos trabalhadores (SIADAP) através de ferramenta de *Balanced ScoreCard* (vd ponto relativo à modernização administrativa); e do (ii) Diagnóstico das necessidades de formação e de qualificação profissionais e consequente elaboração do Plano Estratégico de Formação Integrada;

- Na área da **Gestão Integrada de Vencimentos, Assiduidade e Cadastro** por meio **duas** atividades, particularmente o (i) processamento interoperativo dos

vencimentos entre SINGAP e GeRFiP e da (ii) Gestão do controlo de assiduidade e cadastro do pessoal da sede e da rede externa;

- Na área do **Recrutamento e Seleção de Pessoal** através de **uma** atividade, a saber a (i) abertura e monitorização de procedimentos concursais e de mobilidade interna.

❖ No âmbito da **Divisão de Gestão Financeira e Patrimonial** assinalam-se **quatro programas**:
- Gestão Orçamental, Financeira e Patrimonial
- Apoio Técnico Especializado em Finanças Públicas
- Controlo de Risco
- Informática & Prestação Digital

A concretização dos programas na área da Gestão Financeira e Patrimonial será assegurada por um conjunto de 11 **Atividades**:

- Na **Gestão Orçamental, Financeira e Patrimonial** são **quatro** as atividades (i) assegurar o cumprimento dos prazos dos reportes legais junto das diferentes entidades; (ii) acompanhar as auditorias: Fiscal Única; Tribunal de Contas; Inspeção-geral das Finanças; Inspeção-geral Diplomática e Consular; (iii) inventariação de bens e catalogação de imobilizado (vd ponto relativo à modernização administrativa); (iv) gestão e controlo dos equipamentos e instalações;

- No **Apoio Técnico Especializado em Finanças Públicas** as **duas** principais atividades serão (i) a de desenvolver instrumentos de apoio à gestão orçamental, financeira e patrimonial da rede externa; (ii) a realização de ações de formação e assistência técnica na rede externa, designadamente no âmbito da fusão das estruturas dos CCP e serviços de cooperação com a elaboração e gestão de um orçamento único para 2015;

- No programa **Controlo de Risco** são **duas** as atividades previstas, ou seja, (i) prossecução dos mecanismos de controlo interno na conciliação de contas bancárias (em articulação com a ESPAP) e (ii) o controlo de contratos de aquisição de bens e serviços no âmbito da redução e da qualidade da despesa pública;

- Por fim, no programa **Informática & Prestação Digital** as **três** atividades previstas prendem-se com (i) conceber e operacionalizar um "Plano de Modernização e Manutenção Preventiva TIC; (ii) assegurar a gestão e atualização das infraestruturas informática e (iii) reforçar a simplificação e desmaterialização dos processos através do Balcão Único.

❖ No âmbito do **Apoio Jurídico e Contencioso** registam-se igualmente quatro programas:

- Contencioso Administrativo
- Produção e Alteração de Atos Normativos
- Elaboração de Pareceres Técnico-Jurídicos e de Contratos
- Informar e Sensibilizar

A concretização dos programas na área do Apoio Jurídico e Contencioso será assegurada por um conjunto de 10 **Atividades**:

- No **Apoio Juridico e Contencioso**, consubstanciando-se em **duas** atividades principais que se relacionam com a (i) elaboração de peças e articulados referentes aos procedimentos administrativos no âmbito das fases processuais e (ii) na representação em juízo do Camões IP;

- Na **Produção e Alteração de Atos normativos** estão integradas todas as atividades que correspondem à produção e alteração dos atos normativos, não sendo possível quantifica-las uniformemente;

- No programa **Elaboração de Pareceres Técnico-Jurídicos e de Contratos** incluem-se **cinco** atividades que se podem descrever como (i) análise e produção dos procedimentos aquisitivos no âmbito do CCP; (ii) elaboração de minutas de contratos e adendas no âmbito da Cooperação, da Língua e da Cultura; (iii) análise e pareceres sobre reconhecimento e equiparação a agente de cooperação; (iv) análise e pareceres no âmbito das solicitações, internas e externas; (v) apoio aos procedimentos no âmbito dos processos disciplinares;

- E, no contexto do programa **Informar e Sensibilizar** preveem-se **três** atividades que passam pela (i) divulgação do DR e JOUE com sinalização dos impactos para a atividade do Camões IP; (ii) pelo desenvolvimento de base de dados específica a partir da aplicação informática Datajuris (vd ponto relativo à modernização administrativa) e (iii) por ações de sensibilização nas áreas essenciais para a atividade do Instituto.

Recursos

Os recursos humanos da DSPG totalizam 46 trabalhadores dos quais 9% são dirigentes intermédios (4 trabalhadores), 55% são Assistentes Técnicos (21 trabalhadores) e Assistentes Operacionais (4 trabalhadores), 30% Técnicos Superiores (14 trabalhadores) e 6% Técnicos/Especialista Informática (3 trabalhadores) que se distribuem conforme o seguinte quadro:

Direção de Serviços/ Divisão	Cargo/Carreira/Categoria	Nome
Direção de Serviços de Planeamento e Gestão	Diretor de Serviço	Bruno António Ribeiro Barata
	Assistente Técnico	Rossana Mamad
Divisão de Planeamento e Recursos Humanos	Chefe de Divisão	Carla Maria Antunes Graça Silva
	Técnico Superior	Ana Paula Amaral Laires
		Dilar Mendes Rosado
		Carlos Miguel Cordeiro do Amaral Domingos
		Dina do Carmo Marquês Nunes
		Maria Fernanda Lopes Catarino Carvalho
	Coordenador Técnico	Ana Paula da Silva Moreira Martins (EXP)
	Assistente Técnico	Isabel Maria Carneiro Tapum Pereira
		João Manuel dos Santos Nogueira
		Luísa Maria Fantásia Monteiro Ribeiro (EXP)
		Maria João Almeida dos Santos (EXP)
		Maria da Graça Cardoso Gonçalves Carvalho
		Maria do Carmo de Oliveira Ferrão (EXP)
		Maria Luisa dos Santos Ribeiro Montez (EXP)
		Paula Alexandra Miguel Alves Prazeres
		Pedro Miguel dos Santos Abreu (EXP)
Divisão de Gestão Financeira e Patrimonial	Chefe de Divisão	Márcia Maria Pereira Pinheiro
	Técnico Superior	Maria de Fátima Caetano
		Maria Julieta Martins da Rocha
		Maria Miguel Costa Neves S. S. Jarnac de Freitas
		Rute Alexandra Martins da Silva Aires
		Vera Alexandra Ferreira Brito
	Coordenador Técnico	Mafalda Ferreira Rua Guerreiro Lima
	Assistente Técnico	Andreia dos Santos Antunes
		Cristina Fernandes Bráz

		Elizabete Marlene da Costa Fernandes
		Isabel Maria da Graça Ribeiro
		Lina Maria Capote Mateus Xavier Castro
		Maria da Graça Silva das Dores R. Guerreirinho
		Nuno Miguel Arnauth Nunes
		Pábulo Ismael Ramos Bastos
		Sofia Carla Gouveia Bento
	Assistente Operacional	Francisco Luis Batalha Piteira
		Lídia Beatriz Rojão Paiva Cerqueira
		Maria Odete Fernandes de Almeida Pedro
		Ricardo Manuel de Jesus Soares
	Especialista de Informática	Francisco José Rebocho Rodrigues
	Técnico de Informática	Carlos Manuel Gomes Dias de Magalhães
		João Carlos Martins Crespo de Carvalho
Divisão de Apoio Jurídico e Contencioso	Chefe de Divisão	Tânia José Lemos Marques Ramos
	Técnico Superior	Ana Maria Robalo Branco
		Anabela Rações Barradas Coelho
		Dulce Maria Antunes de Almeida Gonçalves da Silva
		João Carlos Pessa de Oliveira

5.7 Conselho Diretivo

O Conselho Diretivo é apoiado por dois Adjuntos que reportam diretamente à Direção do Camões, I.P., existindo um adjunto adstrito a Projetos Especiais, como o Ano Europeu do Desenvolvimento que decorrerá em 2015, e um adjunto da Presidente na área da Língua Portuguesa. Além disso, funciona também junto do Conselho Diretivo a Chefe de Gabinete que tem a seu cargo a preparação e o acompanhamento das Reuniões do Conselho Diretivo.

O Conselho Diretivo composto por 4 elementos, encontra-se repartido por dois edifícios, sendo apoiado por um secretariado composto por 1 Técnico Superior e 4 Assistentes Técnicas.

Em termos de recursos Humanos**,** além dos 4 membros do Conselho Diretivo, a Direção conta com uma Técnica Superior como Chefe de Gabinete, dois adjuntos sendo um Técnico

Superior e outro, docente universitário em mobilidade na carreira de Técnico Superior, além de 5 Assistentes Técnicos de Apoio Administrativo.

Conselho Diretivo (CD)	
Presidente	Ana Paula Laborinho
Vice-Presidente	Gonçalo Marques
Vogal	Irene Paredes
Vogal	Gabriela Soares de Albergaria
Apoio Técnico	
Técnica Superior	Inês Queiroz de Barros
Técnico Superior	Mário Filipe
Técnica Superior	Madalena Sampaio
Apoio Administrativo	
Técnica Informática	Maria da Conceição Coelho
Assistente Técnica	Ana Maria Bonifácio
Assistente Técnica	Rute Ferreira
Assistente Técnica	Carla Azevedo Silva
Assistente Técnica	Carla Sofia Silva

VI. Modernização Administrativa

Nos termos do nº 1 do artigo 40º e do artigo 45º do DL nº 73/2014, de 13 de maio, os Planos de Atividade dos serviços e organismos da Administração Pública, devem contemplar, em capítulo próprio, as medidas de modernização administrativa, cabendo aos dirigentes um papel inovador e a elaboração de planos de ação que promovam o aperfeiçoamento e a qualidade dos serviços públicos.

Neste sentido, o projeto "**Gestão da Qualidade**" – cuja apresentação faz parte do presente Plano de Atividades – materializa os principais objetivos de adequação e otimização dos processos existentes nos serviços do Camões a uma política de melhoria contínua e de qualidade, tendo também em vista a obtenção da certificação do Sistema de Gestão da Qualidade de acordo com a norma ISO 9001 Qualidade.

A par deste projeto-âncora, foi ainda delineado um plano de ação com um conjunto de medidas no âmbito da modernização administrativa, tipificadas por seis vetores-chave[4]:

(i) acolhimento e atendimento aos cidadãos;
(ii) comunicação administrativa;
(iii) simplificação de procedimentos;
(iv) mecanismos de audição e participação;
(v) instrumentos de apoio à gestão;
(vi) divulgação de informação administrativa.

Por último, foram também identificados um conjunto de **projetos setoriais** a desenvolver e aprofundar em 2015 e que a seguir se sistematizam:

❖ **Projeto: Operacionalização da ferramenta estratégica *Balanced ScoreCard***

Em 2014, o Camões, I.P., implementou na área da avaliação do desempenho 2 e 3, o *Balance ScoreCard* (BSC), permitindo visualizar, em tempo real, o desempenho da organização, contribuindo assim para i) a melhoria do desempenho e da qualidade dos serviços; ii) maior transparência na obtenção dos resultados; iii) a coerência e harmonia de ação entre as diferentes unidades orgânicas, dirigentes e colaboradores; iv) a promoção da motivação profissional e do desenvolvimento de competências.

Importa agora dar continuidade, em 2015, a este instrumento estratégico numa perspetiva de análise dinâmica de gestão integrada dos SIADAP 1,2,3 permitindo, assim, efetuar um planeamento estratégico e monitorizar o desempenho das unidades orgânicas e dos serviços, ao longo dos ciclos avaliativos.

[4] Matriz de monitorização em anexo

- **Projeto: Inventariação & catalogação de Imobilizado**

Este projeto assenta numa lógica de reutilização dos dados já existentes e de homogeneização da categorização e catalogação das abordagens existentes (ex-Instituto Camões e ex-IPAD) com vista à implementação de um instrumento económico – financeiro de extrema importância no âmbito da gestão e controlo da atividade patrimonial do Estado, tornando-o essencial para contabilidade patrimonial.

O projeto visa acomodar a inventariação, etiquetagem e reconciliação dos bens móveis (mobiliário, equipamento informático e de telecomunicações), bem como a análise e tratamento dos bens não inventariáveis fisicamente, nomeadamente *software*, acessórios informáticos e obras de arte. Como resultado final o Camões, I.P., pretende i) possuir uma base de dados agregadora e homogeneizada com os registos de inventário de todo os bens e equipamentos instalados no Camões, IP. ii) assegurar uma correta caracterização física patrimonial de todo o imobilizado. iii) valorização integral e respetivo impacto contabilístico de todos os ativos.

- **Projeto: Avaliar a Solução de Gestão de Recursos Humanos em modo Partilhado (GeRHuP)**

Em articulação com a eSPap será avaliada a possibilidade de introdução da Solução de Gestão de Recursos Humanos em modo Partilhado (GeRHuP) numa linha de processos integrados e diminuição de custos.

- **Projeto: Implementação de bases de dados jurídicas**

Esta medida permitirá ter acesso à unidade do ordenamento jurídico nacional, profusamente anotado de Legislação e de Jurisprudência, sendo o mesmo atualizado e disponibilizado diariamente. Este acesso será efetuado mediante conexão via Internet, sendo igualmente disponibilizada em toda a atual panóplia de dispositivos móveis.

Esta ferramenta jurídica possibilitará, ainda, o acesso à formação jurídica, (conferências, cursos, palestras, entre outros), através da webTV, com consequente redução da despesa associada aos cursos de formação mais tradicionais, bem como a criação de uma bases de dados específica na área da Cooperação e da Língua com publicitação de todos os atos relevantes do Camões, I.P..

VII. Anexos

Compõem, nesta data, o quadro legal definidor da atuação do Camões, I.P., os seguintes documentos:

Anexo 1 – QUAR 2015
Anexo 2 – Cronograma do projeto "Gestão de Qualidade"
Anexo 3 – Matriz de Medidas de Modernização Administrativa
Anexo 4 – Rede Externa Camões, I.P. – Língua, Cultura, Cooperação

Anexo 1
QUAR 2015

QUAR 2015

Ministério dos Negócios Estrangeiros

CAMÕES - INSTITUTO DA COOPERAÇÃO E DA LÍNGUA, I. P.

MISSÃO
Propor e executar a política de cooperação portuguesa e coordenar as atividades de cooperação desenvolvidas por outras entidades públicas que participem na execução daquela política e ainda propor e executar a política de ensino e divulgação da língua e cultura portuguesas no estrangeiro, assegurar a presença de leitores de português nas universidades estrangeiras e gerir a rede de ensino de português no estrangeiro a nível básico e secundário

Objectivos Estratégicos

OE 1: Potenciar a capacidade de intervenção da política de Cooperação para o Desenvolvimento e de promoção da Língua e da Cultura Portuguesas.

OE 2: Produzir e implementar uma política de gestão pela qualidade total, que se traduza na transparência, eficácia e eficiência da atividade

OE 3: Integrar as estruturas onde coincidam Cooperação, Língua e Cultura para a sua racionalização e maior eficácia.

OE 4: Promover o cumprimento dos compromissos internacionais assumidos em matéria de Ajuda Pública ao Desenvolvimento (APD).

OE 5: Estruturar e coordenar a política de difusão e promoção da Língua e da Cultura Portuguesas no estrangeiro contribuindo para a estratégia de Diplomacia Económica e consolidação da Marca Portugal.

Objectivos Operacionais

EFICÁCIA — 45,0%

O1. Qualificar as redes de ensino/aprendizagem de língua portuguesa e de divulgação da cultura portuguesa, das culturas em língua portuguesa e de formação intercultural (OE 3 e 5) — Ponderação: 20,0%

Indicadores	2013	2014	Meta 2015	Tolerância 2015	Valor Crítico 2015	Peso	Realizado	Taxa de Realização (%)	Classificação	Desvio
Ind 1. Taxa de execução da certificação das aprendizagens	N.A	N.D	85,0%	5,0%	100%	35,0%				
Ind 2. Taxa de ações realizadas dos planos de atividades culturais das redes externas	N.A	N.D	80,0%	5,0%	100%	30,0%				
Ind. 3. Taxa de contributos desenvolvidos face aos compromissos em vigor e solicitações recebidas e/ou iniciativas do Camões, IP	N.A	N.A	85,0%	5,0%	100%	35,0%				

O2. Potenciar as estruturas externas da Língua, Cultura e Cooperação nos PALOP e TL como polos de Educação e Cultura para o Desenvolvimento (OE3) — Ponderação: 20,0%

Indicadores	2013	2014	Meta 2015	Tolerância 2015	Valor Crítico 2015	Peso	Realizado	Taxa de Realização (%)	Classificação	Desvio
Ind. 4. - Número de atividades conjuntas realizadas	N.A	N.A	7	2	10	100,0%				

O3. Produzir e divulgar informação sobre fluxos de ajuda externa relativos à APD (OE 4) — Ponderação: 20,0%

Indicadores	2013	2014	Meta 2015	Tolerância 2015	Valor Crítico 2015	Peso	Realizado	Taxa de Realização (%)	Classificação	Desvio
Ind 5. Percentagem de questionários/solicitações respondidos no prazo solicitado	71%	N.D	85%	5%	71%	100,0%				

O4. Potenciar a mobilização de recursos financeiros adicionais (OE 1) — Ponderação: 20,0%

Indicadores	2013	2014	Meta 2015	Tolerância 2015	Valor Crítico 2015	Peso	Realizado	Taxa de Realização (%)	Classificação	Desvio
Ind. 6. Percentagem de receitas geradas pelas propinas EPE em relação ao universo de inscrições	N.A	N.D	80%	5%	100%	50,0%				
Ind 7. Número de projetos novos desenvolvidos com co-financiamento de parceiros	N.A	N.D	4	1	5	50,0%				

O5. Reforçar a capacidade de intervenção do Camões IP no Quadro da Política de Cooperação para o Desenvolvimento (OE 1) — Ponderação: 20,0%

Indicadores	2013	2014	Meta 2015	Tolerância 2015	Valor Crítico 2015	Peso	Realizado	Taxa de Realização (%)	Classificação	Desvio
Ind 8. Número de atividades implementadas face ao n.º de atividades previstas no Programa Nacional de Trabalho do Ano Europeu	N.A	N.D	70%	10%	100%	33,3%				
Ind 9. Percentagem Contributos preparados dentro do horizonte temporal definido no cronograma interno no âmbito do Peer Review do CAD/OCDE	N.A	N.D	73%	3%	100%	33,3%				
Ind 10. Percentagem de medidas implementadas do Plano de Ação para operacionalização do Conceito Estratégico da Cooperação Portuguesa (2014-2020) aprovado	N.A	N.D	65%	5%	100%	33,3%				

EFICIÊNCIA — 30,0%

O6. Contribuir para que as prioridades da política externa portuguesa nas áreas da Cooperação para o Desenvolvimento e da Língua e Cultura sejam refletidas no plano Bilateral e Multilateral (OE 1 e 5) — Ponderação: 35,0%

Indicadores	2013	2014	Meta 2015	Tolerância 2015	Valor Crítico 2015	Peso	Realizado	Taxa de Realização (%)	Classificação	Desvio
Ind11. Percentagem de instruções dadas e contributos elaborados face às solicitações recebidas	96%	N.D	85%	5%	100%	33,3%				
Ind 12. Taxa de execução de projetos em articulação com outros Departamentos de Estado, entidades públicas ou privadas, nacionais ou internacionais	N.A	N.D	75%	5%	100%	33,3%				
Ind 13. Percentagem de instruções elaboradas face ao numero de reuniões relevantes	N.A	N.A	85%	5%	90%	33,3%				

O7. Promover o financiamento, implementação e/ou gestão de PPA `s. (OE 1 e 4) — Ponderação: 35,0%

Indicadores	2013	2014	Meta 2015	Tolerância 2015	Valor Crítico 2015	Peso	Realizado	Taxa de Realização (%)	Classificação	Desvio
Ind 14. Percentagem de projetos/ações aprovados/financiados em relação ao nº de projetos previstos da OT Bilateral/país	94%	N.D	90%	2,5%	89%	33,3%				
Ind 15. Percentagem de projetos cofinanciados, no âmbito das Linhas de Cofinanciamento, face aos que reúnem	71%	N.D	60%	10%	70%	33,3%				
Ind 16. Número de contribuições / PPAs de natureza multilateral propostos face aos previstos	N.A	N.A	4	1	5	33,3%				

O8. Garantir o funcionamento do sistema de controlo interno (OE 1, 4 e 5) — Ponderação: 30,0%

Indicadores	2013	2014	Meta 2015	Tolerância 2015	Valor Crítico 2015	Peso	Realizado	Taxa de Realização (%)	Classificação	Desvio
Ind 17. Taxa de implementação das ações de mitigação do risco previstas no plano de gestão do risco	N.A	N.D	80%	5%	100%	50,0%				
Ind 18. Taxa de execução das reuniões de coordenação e internas das UO`s	N.A	N.A	80%	5%	100%	50,0%				

QUALIDADE — 25,0%

O9. Garantir a satisfação dos utilizadores (OE 1 e 5) — Ponderação: 30,0%

Indicadores	2013	2014	Meta 2015	Tolerância 2015	Valor Crítico 2015	Peso	Realizado	Taxa de Realização (%)	Classificação	Desvio
Ind 19. Nível de Satisfação dos Utilizadores	3,92	N.D	3,5	0,5	3,92	100,0%				

O10. Assegurar um conjunto de políticas de gestão de pessoas, visando a qualificação, capacitação e satisfação dos colaboradores (OE 1 e 5) — Ponderação: 35,0%

Indicadores	2013	2014	Meta 2015	Tolerância 2015	Valor Crítico 2015	Peso	Realizado	Taxa de Realização (%)	Classificação	Desvio
Ind 20. Taxa de execução do plano de formação aprovado	100%	N.D	80%	5%	100%	40,0%				
Ind 21. Nível de Satisfação dos Colaboradores	3,36	N.D	3,5	0,5	5	30,0%				
Ind 22. Prazo para implementação da ferramenta do BSC 123	N.A	N.A	15-12-2015	7 Dias	01-12-2015	30,0%				

O11. Desenvolver uma cultura de melhoria contínua, otimizando e garantindo a eficiência dos recursos internos e externos, por forma a garantir a validação do processo de certificação do Camões, I.P. (OE 2) — Ponderação: 35,0%

Indicadores	2013	2014	Meta 2015	Tolerância 2015	Valor Crítico 2015	Peso	Realizado	Taxa de Realização (%)	Classificação	Desvio
Ind 23. Prazo para submissão do Sistema de Gestão da Qualidade para certificação	N.A	N.A	30-09-2015	15 dias	31-08-2015	100,0%				

Recursos Humanos - 2015	Pontuação	Pontos Planeados (ii)	Pontos Executados	Desvio
Dirigentes - Direção superior	20	4		
Dirigentes - Direção intermédia e Chefes de equipa	16	16		
Técnico Superior (i)	12	98		
Coordenador Técnico	9	4		
Assistente Técnico	8	45		
Assistente Operacional	5	6		
Total		**173**		

(i) Inclui 4 informáticos

(ii) Mapa de Pessoal 2015

Nº de Efetivos no Serviço	31-12-2013	31-12-2014	31-12-2015 (Planeados)
Nº de efetivos a exercer funções no Serviço	184	174	173

Recursos Financeiros (euros) - 2015	Orçamento	Realizado	Desvio
Orçamento Funcionamento	**61.715.092,00 €**		
Aquisição de bens e serviços	4.537.535,00 €		
Despesas com o Pessoal	32.455.931 €		
Outras despesas correntes	24.568.140,00 €		
Investimento	87.746,00 €		
Outros	65.740,00 €		
Total			

Indicadores	Fonte de Verificação	Serviço responsável pela fonte de verificação
Ind 1. Taxa de execução da certificação das aprendizagens	Plano de execução da certificação EPE	DSLC
Ind 2. Taxa de ações realizadas dos planos de atividades culturais das redes externas	Sistema Integrado de Informação	DSLC
Ind. 3. Taxa de contributos desenvolvidos face aos compromissos em vigor e solicitações recebidas e/ou iniciativas do Camões, IP	Telegramas/Correio eletrónico/ Ofícios e cartas/ Relatórios de missão oficial e reuniões/ Análise interna de necessidades dos compromissos	DSLC
Ind. 4. - Número de atividades conjuntas realizadas	Programa dos Centros de Cultura e Desenvolvimento	DSC/DSLC
Ind 5. Percentagem de questionários/solicitações respondidos no prazo solicitado	Lista de questionários/solicitações respondidos pela DPC em 2015	DSC
Ind. 6. Percentagem de receitas geradas pelas propinas EPE em relação ao universo de inscrições	Sistema Integrado de Informação	DSLC
Ind 7. Número de projetos novos desenvolvidos com co-financiamento de parceiros	Lista da DAB e DASC dos projetos novos aprovados em 2015	DSC
Ind 8. Número de atividades implementadas face ao n.º de atividades previstas no Programa Nacional de Trabalho do Ano Europeu	Programa Nacional de Trabalho do Ano Europeu	DSC
Ind 9. Percentagem Contributos preparados dentro do horizonte temporal definido no cronograma interno no âmbito do Peer Review do CAD/OCDE	Cronograma Interno e cronograma do CAD	GAA
Ind 10. Percentagem de medidas implementadas do Plano de Ação para operacionalização do Conceito Estratégico da Cooperação Portuguesa (2014-2020) aprovado	Plano de Ação para operacionalização do Conceito Estratégico da Cooperação Portuguesa (2014-2020) aprovado	DSC
Ind11. Percentagem de instruções dadas e contributos elaborados face às solicitações recebidas	Matriz de acompanhamento	GPAC
Ind 12. Taxa de execução de projetos em articulação com outros Departamentos de Estado, entidades públicas ou privadas, nacionais ou internacionais	Documentos sobre os projetos	DSLC
Ind 13. Percentagem de instruções elaboradas face ao numero de reuniões relevantes	Lista DAM das intruções elaboradas	DSC
Ind 14. Percentagem de projetos/ações aprovados/financiados em relação ao nº de projetos previstos da OT Bilateral/país	Quadro de seguimento por país	DSC
Ind 15. Percentagem de projetos cofinanciados, no âmbito das Linhas de Cofinanciamento, face aos que reúnem condições de cofinanciamento	Dossier de candidatura PED e ED	DSC
Ind 16. Número de contribuições / PPAs de natureza multilateral propostos face aos previstos	Lista DAM e DASC das contribuições e PPAs multilaterais aprovados em 2015	DSC
Ind 17. Taxa de implementação das ações de mitigação do risco previstas no plano de gestão do risco	Relatório de acompanhamento do Plano de Gestão do Risco	GAA
Ind 18. Taxa de execução das reuniões de coordenação e internas das UO`s	Matriz de reuniões	Todas as Unidades Orgânicas
Ind 19. Nível de Satisfação dos Utilizadores	Matriz de resultados	Todas as Unidades Orgânicas
Ind 20. Taxa de execução do plano de formação aprovado	Matriz de acompanhamento de execução do plano	DSPG
Ind 21. Nível de Satisfação dos Colaboradores	Relatório de Análise dos Resultados do Inquérito	Todas as Unidades Orgânicas
Ind 22. Prazo para implementação da ferramenta do BSC 123	Plataforma informática BSC	DSPG
Ind 23. Prazo para submissão do Sistema de Gestão da Qualidade para certificação	Cronograma	Todas as Unidades Orgânicas

Anexo 2
SISTEMA DE GESTÃO DA QUALIDADE

CAMÕES
INSTITUTO
DA COOPERAÇÃO
E DA LÍNGUA
PORTUGAL
SISTEMA DE GESTÃO DA QUALIDADE
O CAMÕES IP, ENCONTRA-SE EM PROCESSO
DE
CERTIFICAÇÃO DA QUALIDADE
Acompanhe connosco projeto

OBJETIVOS DA AÇÃO

Analisar e debater:

- **Fases do projeto de certificação**
- **Os saberes da Qualidade**
- **Manual do Sistema de Gestão da Qualidade e Política da Qualidade**
- **Processos do Sistema de Gestão da Qualidade**
- **Responsabilidades dos Trabalhadores**

RECONHECIMENTO DE QUALIDADE

O **ÂMBITO** do Sistema de Gestão da Qualidade do **Camões – Instituto da Cooperação e da Língua, I.P. (CAMÕES, I.P.)**, abrangerá as atividades dos seguintes serviços:

• Gestão da política de cooperação portuguesa e coordenação das atividades de cooperação desenvolvidas por outras entidades públicas que participem na execução daquela política e ainda propor e gerir a política de ensino e divulgação da língua e cultura portuguesas no estrangeiro, assegurar a presença de leitores de português nas universidades estrangeiras e gerir a rede de ensino de português no estrangeiro a nível básico e secundário.

Os **OBJETIVOS FUNDAMENTAIS** partilhados com a Equipa da **Qualiwork** são os seguintes:

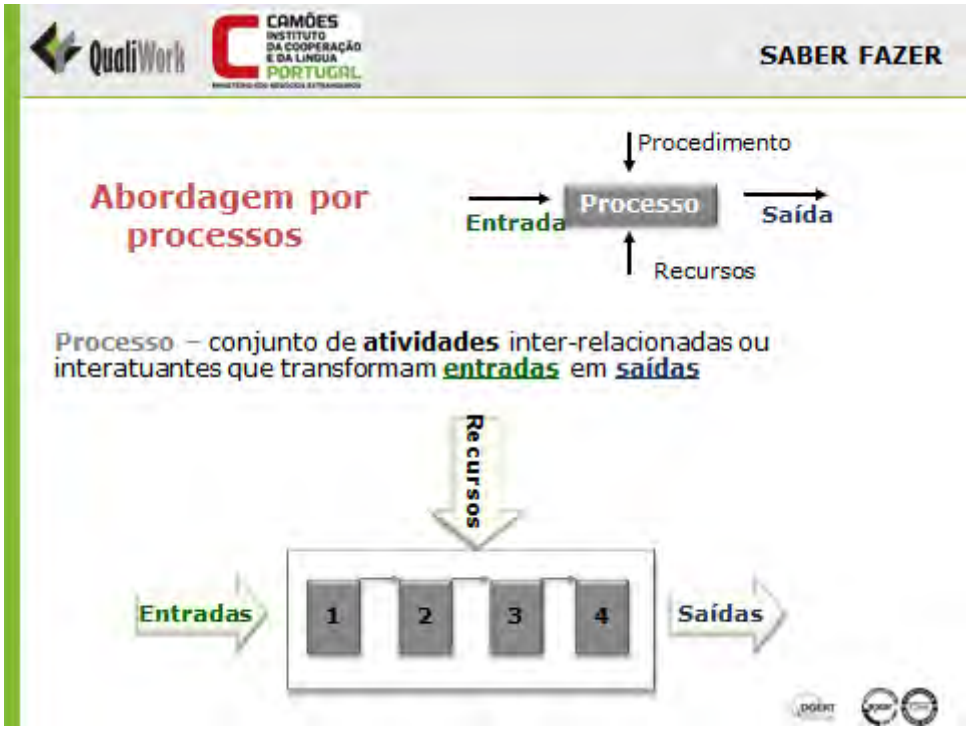
• Adequação e otimização dos processos existentes nos Serviços do **CAMÕES, I.P** a uma política de melhoria contínua e de qualidade, como resultado da criação da implementação de procedimentos e instrumentos que assegurem a sustentabilidade da prossecução contínua e permanente de incrementos na economia, na eficácia e eficiência dos processos que lhes são subjacentes;

• Obtenção da certificação do Sistema de Gestão da Qualidade de acordo com a norma ISO 9001 Qualidade.

QualiWork
CAMÕES INSTITUTO DA COOPERAÇÃO E DA LÍNGUA PORTUGAL
PROCESSO DE RECONHECIMENTO
Decisão da Presidência
Formação Inicial
Documentação dos Processos
Formação do Sistema
Auditoria Interna
Revisão do Sistema
Auditoria Externa
Certificado

QualiWork
CAMÕES INSTITUTO DA COOPERAÇÃO E DA LÍNGUA PORTUGAL
BENEFÍCIOS
Reconhecimento e visibilidade
Satisfação dos Destinatários
Melhoria operacional
BENEFÍCIOS DA QUALIDADE
Monitorização do desempenho
Optimização dos recursos
Melhoria contínua

QualiWork
CAMÕES INSTITUTO DA COOPERAÇÃO E DA LÍNGUA PORTUGAL
OS 3 SABERES
Saber fazer
Abordagem por processos
Ciclo PDCA
Saber melhorar
Saber satisfazer
Foco nos destinatários
Plan, Do, Check, Act


QualiWork
CAMÕES INSTITUTO DA COOPERAÇÃO E DA LÍNGUA PORTUGAL
SABER FAZER
Abordagem por processos
Procedimento
Entrada
Processo
Saída
Recursos
Processo – conjunto de atividades inter-relacionadas ou interatuantes que transformam entradas em saídas
Recursos
Entradas
1
2
3
4
Saídas

QualiWork | CAMÕES INSTITUTO DA COOPERAÇÃO E DA LÍNGUA PORTUGAL

SABER MELHORAR

Metodologia PDCA

P – Plan (Plano): Consiste na elaboração de um plano de ação, objetivos, responsáveis e método para alcançá-los.
D – Do (Fazer): Implementação do plano, onde é determinado o que fazer, quem irá fazer e quando deverá fazer.
C – Check (Verificar): Controlo do desempenho e verificação se as medidas planeadas estão a ser realizadas.
A – Action (Ação): É o momento em que, atuamos face aos desvios e tomamos as medidas necessárias para sua correção e sua não recorrência.

1 CICLO COMPLETO → MELHORIA NO PROCESSO

QualiWork | CAMÕES INSTITUTO DA COOPERAÇÃO E DA LÍNGUA PORTUGAL

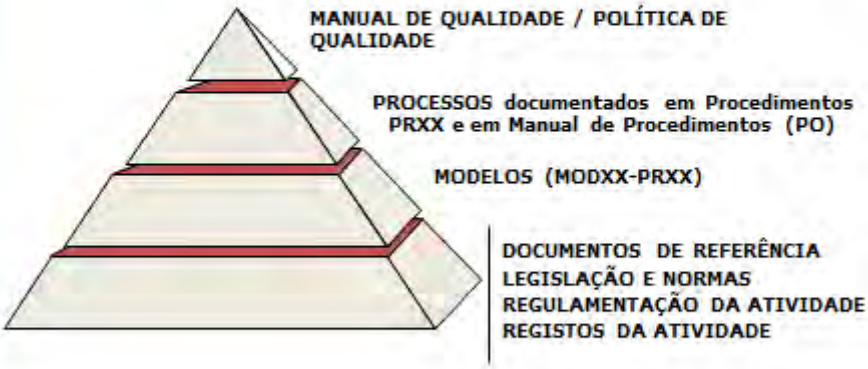
SABER SATISFAZER

Foco nos destinatários

Grau de satisfação

Gestão de elogios, sugestões e reclamações

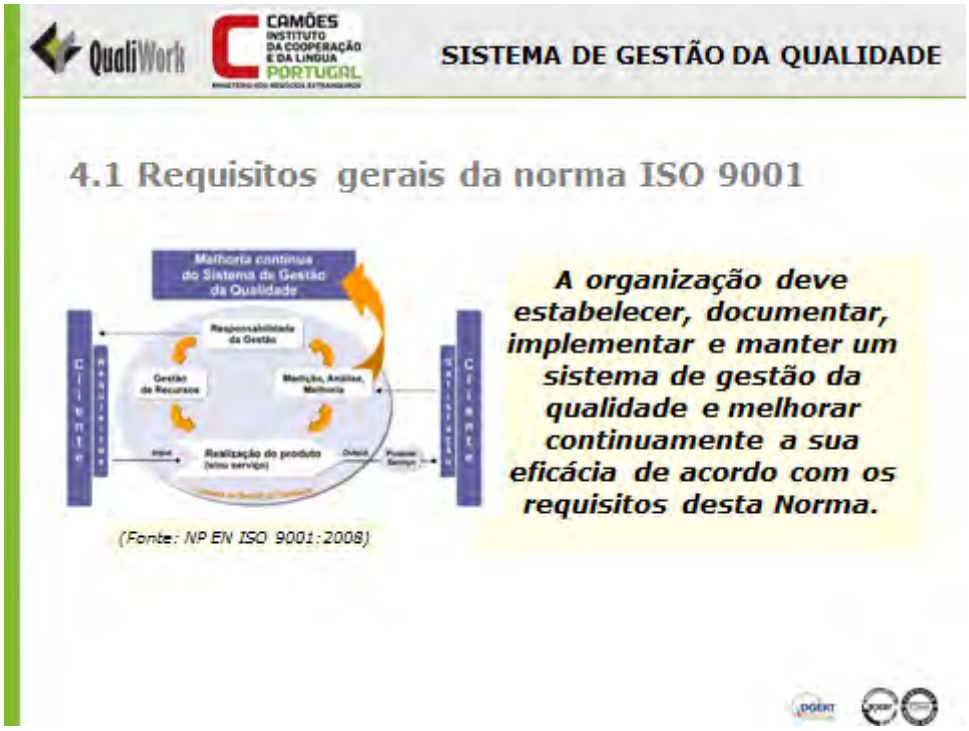
DOCUMENTOS DO SGQ

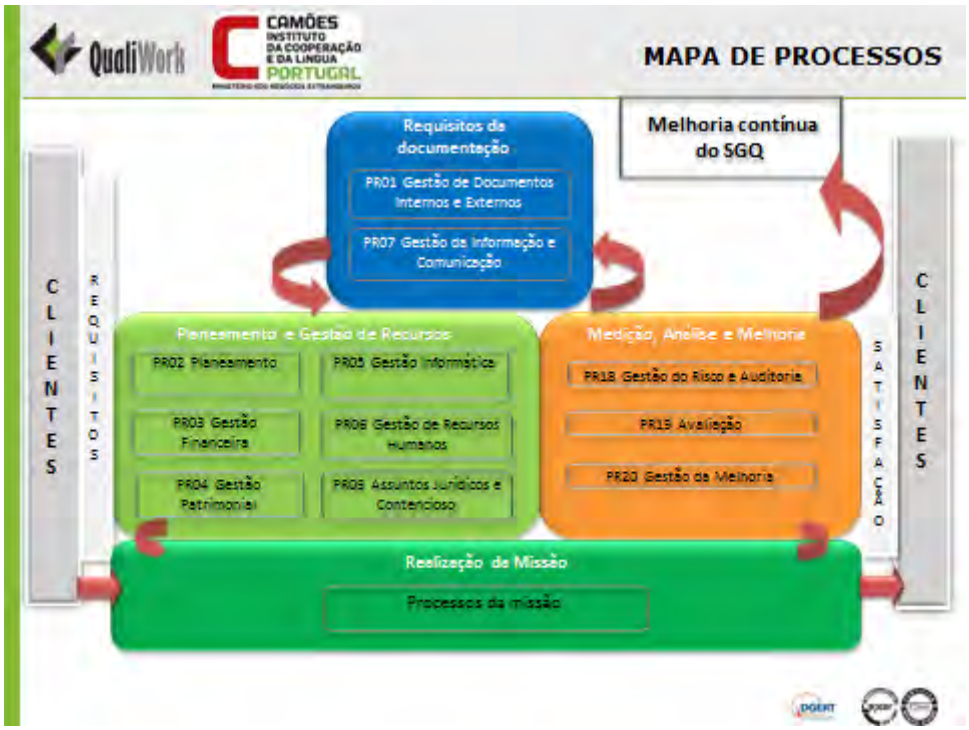


MANUAL DA QUALIDADE

- Publica o Sistema de Gestão da Qualidade
- Expressa o compromisso do Conselho Diretivo
- Define a Política da Qualidade

QualiWork
CAMÕES INSTITUTO DA COOPERAÇÃO E DA LINGUA PORTUGAL
POLÍTICA DA QUALIDADE
Missão + Visão + Valores
CAMÕES INSTITUTO DA COOPERAÇÃO E DA LINGUA PORTUGAL
MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS
"O todo é maior que a soma das partes."


QualiWork
CAMÕES INSTITUTO DA COOPERAÇÃO E DA LINGUA PORTUGAL
SISTEMA DE GESTÃO DA QUALIDADE
4.1 Requisitos gerais da norma ISO 9001
Melhoria contínua do Sistema de Gestão da Qualidade
Responsabilidade da Gestão
Gestão de Recursos
Medição, Análise, Melhoria
Realização do produto (e/ou serviço)
A organização deve estabelecer, documentar, implementar e manter um sistema de gestão da qualidade e melhorar continuamente a sua eficácia de acordo com os requisitos desta Norma.
(Fonte: NP EN ISO 9001:2008)


QualiWork
CAMÕES INSTITUTO DA COOPERAÇÃO E DA LÍNGUA PORTUGAL
MAPA DE PROCESSOS
Melhoria contínua do SGQ
Requisitos da documentação
PR01 Gestão de Documentos Internos e Externos
PR07 Gestão da Informação e Comunicação
CLIENTES
REQUISITOS
Planeamento e Gestão de Recursos
PR02 Planeamento
PR05 Gestão Informática
PR03 Gestão Financeira
PR06 Gestão de Recursos Humanos
PR04 Gestão Patrimonial
PR08 Assuntos Jurídicos e Contencioso
Medição, Análise e Melhoria
PR18 Gestão do Risco e Auditoria
PR19 Avaliação
PR20 Gestão da Melhoria
SATISFAÇÃO
CLIENTES
Realização da Missão
Processos da missão

QualiWork
CAMÕES INSTITUTO DA COOPERAÇÃO E DA LÍNGUA PORTUGAL
MAPA DE PROCESSOS
Realização da Missão
Ensino
PR08 Gestão de Bolsas
PR14 Conceção e Programação de Cursos de Formação a distância
PR15 Coordenação do Ensino Português no Estrangeiro
CLIENTES
REQUISITOS
Culture
PR16 Ação Cultural Externa
PR17 Programas e Acordos Culturais
Cooperação
PR10 Planeamento e programação da Cooperação
PR11 Cooperação Bilateral
PR12 Cooperação Multilateral
PR13 Apoio à Sociedade Civil
PR21 Gestão de Agentes de Cooperação
SATISFAÇÃO
CLIENTES

QualiWork CAMÕES INSTITUTO DA COOPERAÇÃO E DA LINGUA PORTUGAL

PROCEDIMENTOS

PROCEDIMENTOS

Constituem a descrição das atividades realizadas:

- ✓ **Descrevem e responsabilizam as atividades**
- ✓ **Controlam os modelos, doc. ref. e registos**
- ✓ **Clarificam os conceitos e definições**

QualiWork CAMÕES INSTITUTO DA COOPERAÇÃO E DA LINGUA PORTUGAL

PROCEDIMENTOS MAIS IMPORTANTES

1. Os Procedimentos que respeitam às atividades de cada um
2. Os Procedimentos comuns da Qualidade

3. Os Procedimentos de gestão de recursos
4. Todos os outros

Cada trabalhador TEM DE conhecer e praticar o 1. e 2.

Cada trabalhador DEVE conhecer o 3. e 4.

QualiWork CAMÕES INSTITUTO DA COOPERAÇÃO E DA LÍNGUA PORTUGAL

MODELOS

- Código do modelo MODxx-PRXX/Vnn
  - Templates "vazios" prontos para preenchimento
  - Quando preenchidos chamam-se "Registos"
  - Evitam a repetição e promovem a uniformização
  - O seu controlo permite obter um arquivo organizado

QualiWork CAMÕES INSTITUTO DA COOPERAÇÃO E DA LÍNGUA PORTUGAL

RESPONSABILIDADE DE TODOS

Duas novas responsabilidades do trabalhador

Praticar os Procedimentos

Propor melhorias

Consultar a intranet Manual Camões
Propor melhorias via email melhorias

QualiWork

CAMÕES INSTITUTO DA COOPERAÇÃO E DA LÍNGUA PORTUGAL

MAPA DE PROCEDIMENTOS

Requisitos da Documentação	Gestão do Planeamento e Recursos	Realização da Missão	Medição, Análise e Melhoria
PR01 Gestão de Documentos Internos e Externos	PR02 Planeamento	PR08 Gestão de Bolsas	PR18 Gestão do Risco e Auditoria
PR07 Gestão da Informação e Comunicação	PR03 Gestão Financeira	PR10 Planeamento e programação da Cooperação	PR19 Avaliação
	PR04 Gestão Patrimonial	PR11 Cooperação Bilateral	PR20 Gestão da Melhoria
	PR05 Gestão Informática	PR12 Cooperação Multilateral	
	PR06 Gestão de Recursos Humanos	PR13 Apoio à Sociedade Civil	
	PR09 Assuntos Jurídicos e Contencioso	PR14 Concepção e Programação de Cursos de Formação a distância	
		PR15 Coordenação do Ensino Português no Estrangeiro	
		PR16 Ação Cultural Externa	
		PR17 Programas e Acordos Culturais	
		PR21 Gestão de Agentes de Cooperação	

Anexo 3
MODERNIZAÇÃO ADMINISTRATIVA: PLANO DE AÇÃO

Medidas de modernização administrativa **implementadas e/ou a implementar no Camões, IP**

DL 74/2014 de 13 de Maio (Republicação do DL 135/99 de 22 de abril)

Tipo de medidas	Medidas implementadas/em curso	Medidas a implementar
a) *Acolhimento e atendimento dos cidadãos*	• Código de Ética • Portal • Redes sociais (facebook e twitter) • Livro de reclamações	• Melhorar a qualidade do atendimento, disponibilizando espaço físico adequado para atendimento presencial de cidadãos • Realizar formação específica na área das relações humanas e especializada na área setorial (bolseiros e agentes da cooperação)
b) *Comunicação administrativa*	• Sistema de gestão documental: Edoc • Despacho de gestão documental (Nota Interna 2014/1426 de Gestão Documental) • Comunicações internas por meio eletrónico • A correspondência eletrónica com o mesmo valor probatório que a em suporte papel • VOIP utilizado através do MNE	• Disponibilizar formulários e modelos online • Promover assinaturas digitalizadas • Instalar Skipe e videoconferência
c) *Simplificação de procedimentos*	• Manual de procedimentos do Camões, IP • Procedimentos por via eletrónica: candidaturas a bolsas EPE, cursos online, concursos da rede EPE, certificados, comprovativos de inscrição Rede EPE • Pagamento de propinas e cursos feito por transferência bancária • Em curso o processo para a certificação ISO 9001:2008 – Haverá um manual da qualidade	• Disponibilizar meios de pagamento eletrónicos, para além da transferência bancária • Disponibilizar modelo de certificados no portal • Criar no portal emails e formulários específicos para os requerimentos dos cidadãos, em função das áreas • Definir uma plataforma para acesso eletrónico no processo das Linhas de Cofinanciamento Países em Desenvolvimento (PED) e Educação para o desenvolvimento (ED)
d) *Mecanismos de audição e participação*	• Realização de questionários de satisfação interna e externa, anuais, com divulgação de resultados e plano de ação para melhoria do desempenho organizacional. • Realização de inquéritos de satisfação setoriais (alunos, formandos, etc.) • Criada uma Comissão de Ética e respetivo email etica.Camoes@camoes.mne.pt – informação disponível no portal • Realização de reuniões periódicas de coordenação com todos os dirigentes • Realização de reuniões internas periódicas para a divulgação de documentos internos e normas de procedimento, bem como reuniões temáticas que promovem o debate e o esclarecimento das ações desenvolvidas no âmbito da missão do Camões, IP • Utilização da Intranet na comunicação interna • Divulgação de atividades e interação com o público através das redes sociais, folhetos e brochuras institucionais • Disponibilização de brochuras eletrónicas em formato bilingue no portal • Toda a correspondência dirigida a qualquer serviço é objeto de análise e decisão, com resposta no prazo de 15 dias (objetivo integrado no QUAR) • Criação de uma área no portal para sugestões elogios e reclamações • Criação na Intranet de uma área para os trabalhadores possam apresentar sugestões de melhoria no funcionamento e qualidade dos serviços a que pertencem	• Alargar a informação disponibilizada em formato bilingue. • Realizar reuniões setoriais da direção com os respetivos colaboradores • Instalar Skipe e videoconferência

e) *Instrumentos de apoio à gestão*	• Principais instrumentos de gestão: Plano de atividades, SIADAP 1, 2 e 3, Relatório de atividade, Balanço social e Relatório de gestão • Sistema de controlo interno, tendo por base o manual de procedimentos, a gestão do risco, a auditoria interna e a avaliação • Utilização do GeRFiP: Informação financeira de acordo com o POCP e disponibilização de indicadores em tempo real por desagregação de centros de custo • Utilização do QuidGest: interoperabilidade entre processamento de vencimentos, assiduidade e gestão de cadastro • Plano Estratégico de Formação Integrada (PEFI) em linha com os objetivos do Camões, IP, bem como o desenvolvimento social, cultural e técnico dos colaboradores • Sínteses analíticas trimestrais dos Recursos Humanos • Sínteses analíticas mensais de execução orçamental • Síntese de controlo de contratos de aquisição de serviços • Em curso processo para certificação ISO 9001: 2008 relativo ao Sistema de Gestão da Qualidade	• Incluir na estrutura do Relatório de atividades um capítulo sobre as medidas de modernização administrativa (definindo indicadores e respetivas metas)
f) *Divulgação de informação administrativa*	• Disponível no portal do Camões, IP: ✓ Informação institucional (organograma, missão e contactos) ✓ Atividades: sede e rede externa, ✓ Comunicação informativa sobre iniciativas relevantes: sede e rede externa • Em curso revisão do Portal (para o tornar mais rápido, acessível e de fácil navegação) • Em curso a preparação de um vídeo institucional sobre as atividades do Camões, IP a divulgar no portal • Em elaboração novo desdobrável institucional e um livrete sobre as atividades do Camões, IP	• Disponibilizar ao público informação sobre os Programas (p. ex. Edição e Bolsas) e as atividades no portal • Disponibilizar acesso ao catálogo online da rede de bibliotecas (interna e externa) • Informatizar o Arquivo Histórico e disponibilizá-lo online ao público através da base de dados DIGITARQ/ARCHEEVO • Criar o Balcão Único • Enviar à AMA informação relativa a todos os sítios na Internet do Camões, IP (nº 4 do Art. 47º, DL 135/99, na sua redação atual) • Atualizar e desenvolver no portal as ligações para os portais da administração pública (DGAEP, INA, Portal do cidadão, etc.) e organizações nacionais e internacionais relevantes para as atribuições do Camões, IP

Anexo 4
Rede Externa Camões, I.P.
Língua, Cultura, Cooperação

Europa

Alemanha

Coordenação de Ensino Português no Estrangeiro na Alemanha

Adjunta: Carla Amado

Cátedras (2)

- Cátedra de Câmbio Social e Cultura - Estudos Ibéricos, Universidade Técnica de Chemnitz, Instituto de Estudos Europeus
- Cátedra Carolina Michaëlis de Vasconcelos, Universidade de Trier

Centro de Língua Portuguesa (1)

- Universidade de Hamburgo

Leitorados de Português (6)

- Universidade Humboldt - Berlim
- Universidade Livre de Berlim (acumulação)
- Universidade de Colónia
- Universidade de Hamburgo
- Universidade Johannes Gutenberg - Mainz
- Universidade de Rostock

Protocolos de Cooperação para a Docência (5)

- Universidade de Saarlandes
- Universidade de Marburgo
- Universidade de Heidelberg
- Universidade de Leipzig
- Universidade Técnica de Aachen

Áustria

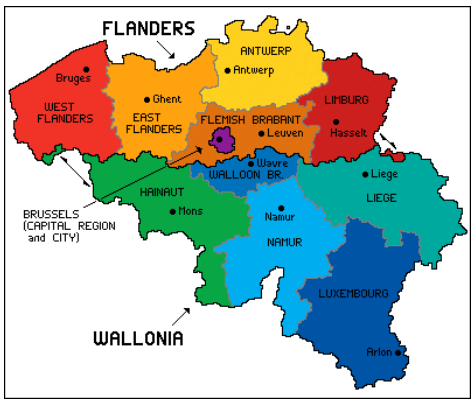
Centros de Língua Portuguesa (2)

- Universidade de Viena
- Universidade de Graz

Leitorados de Português (2)

- Universidade de Viena
- Universidade de Salzburgo (acumulação)

Bélgica



Coordenação de Ensino Português no Estrangeiro

Coordenador: Joaquim Prazeres (Luxemburgo)

Adjunta: Carina Gaspar

Centro de Língua Portuguesa (1)

- Université Libre de Bruxelles - Faculté de Philosophie et Lettres

Leitorados de Português (3)

- Instituto Superior de Tradutores e Intérpretes de Antuérpia
- Universidade Livre de Bruxelas
- Universidade de Gand

Protocolo de Cooperação para Docência (1)

- Universidade de Mons-Hainhaut

Bulgária

Centro de Língua Portuguesa (1)

- Embaixada de Portugal em Sófia

Leitorados de Português (2)

- Universidade de St. Kliment Ohridski
- Universidade St. Cyril e St. Methodius

Croácia

Centro de Língua Portuguesa (1)

- Universidade de Zagreb - Faculdade de Letras de Zagreb

Leitorados de Português (1)

- Universidade de Zagreb

Protocolo de Cooperação para Docência (1)

- Universidade de Zadar

Eslováquia

Leitorados de Português (1)

- Universidade Comenius

Protocolo de Cooperação para Docência (1)

- Instituto Português - Cursos Extracurriculares de Português

Eslovénia

Protocolo de Cooperação para Docência (1)

- Universidade de Liubliana

Espanha

Coordenação de Ensino Português no Estrangeiro

Coordenadora: Filipa de Paula Soares

Centro Cultural Português em Vigo, Casa de Arines

Cátedras (2)

- Cátedra José Saramago, Universidade Autónoma de Barcelona
- Cátedra de Estudos Portugueses, Universidade de Salamanca

Centros de Língua Portuguesa (4)

- Universitat Autònoma de Barcelona
- Universidad de Extremadura, Cáceres
- Universidade Autónoma de Madrid

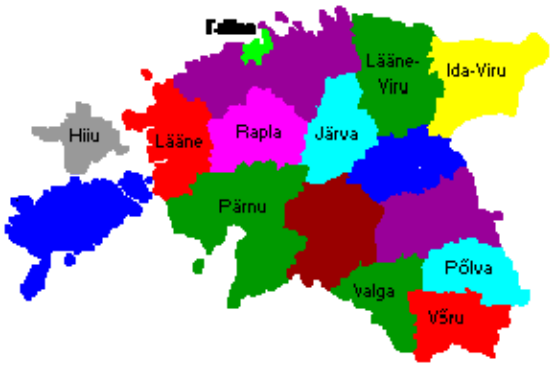
Leitorados de Português (1)

- Universidade da Extremadura, Cáceres

Protocolos de Cooperação para Docência e Investigação (12)

- Centre d'Estudis Catalunya - Grup CEDESCA, Cursos Extracurriculares de Português
- Universidade Autónoma de Barcelona
- Universidade de Jaume I
- Universidade da Corunha
- Universidade de Granada
- Universidade de Léon
- Universidade Autónoma de Madrid
- Universidade de Oviedo
- Universidade das Ilhas Baleares - Programa de Investigação
- Universidade de Santiago de Compostela
- Universidade de Valência
- Universidade de Vigo - Cursos Extracurriculares de Português

Estónia



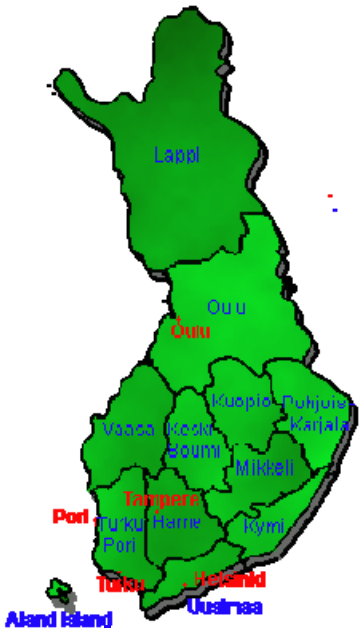
Centro de Língua Portuguesa (1)

- Universidade de Tallin

Protocolo de Cooperação para Docência (1)

- Universidade de Tallin

Finlândia



Protocolo de Cooperação para Docência (1)

- Universidade de Helsínquia

França

Centro Cultural Português em Paris

Coordenação de Ensino Português no Estrangeiro

Coordenadora: Maria Adelaide Cristóvão

Adjunta: Magda Borges

Cátedras (4)

- Cátedra Sá de Miranda, Universidade Blaise Bascal
- Cátedra Sophia de Mello Breyner Andresen, Universidade de Nantes
- Cátedra Lindley Cintra, Universidade Paris Ouest-Nanterre La Defense
- Cátedra Solange Parvaux, Universidade de Paris III - Sorbonne Nouvelle

Centros de Língua Portuguesa (3)

- Université Charles-de-Gaulle - Lille 3
- Université Lumière Lyon 2
- Universidade de Poitiers

Leitorados de Português (4)

- Universidade Michel de Montaigne - Bordéus III
- Universidade Lumière - Lyon 2
- Universidade de Paris VIII - Vincennes Saint Denis
- Universidade de Poitiers

Protocolos de Cooperação para Docência (8)

- Universidade Aix-Marselha - Aix-en-Provence
- Universidade de Picardie - Jules Verne, Amiens
- Universidade Marc Bloch - Estrasburgo II
- Universidade Charles de Gaulle - Lille 3
- Universidade Aix-Marselha - Marselha
- Universidade de Nice - Sophia Antipolis
- Universidade de Haute Bretagne - Rennes II
- Universidade Jean Monnet, Saint-Étienne

Geórgia

Centro de Língua Portuguesa (1)

- Universidade Estatal de Tbilissi

Protocolo de Cooperação para Docência (1)

- Universidade Estatal de Tbilissi

Hungria

Centro de Língua Portuguesa (1)

- Universidade de Eötvös Loránd (ELTE), Budapeste

Leitorado de Português (1)

- Universidade Eötvös Loránd (ELTE), Budapeste

Protocolos de Cooperação para Docência (2)

- Universidade de Pécs
- Universidade Szeged

Irlanda

Protocolos de Cooperação para Docência (2)

- University College, Dublin
- Universidade Nacional da Irlanda, Maynooth

Israel

Leitorado (1)

- Leitorado de Português na Universidade Hebraica de Jerusalém

Itália

Cátedras (10)

- Cátedra David Mourão-Ferreira, Universidade de Bari
- Cátedra Eduardo Lourenço, Universidade de Bolonha
- Cátedra Fernando Pessoa, Universidade de Florença
- Cátedra Manuel Alegre, Universidade de Pádua
- Cátedra Antero de Quental, Universidade de Pisa
- Cátedra Agustina Bessa-Luís, Universidade de Roma Tor Vergata
- Cátedra José Saramago, Universidade de Roma Tre
- Cátedra Padre António Vieira, Universidade de Roma La Sapienza
- Cátedra Pedro Hispano, Universidade da Tuscia

Centros de Língua Portuguesa (2)

- Universidade de Florença
- Società Umanitaria di Milano

Protocolos de Cooperação para Docência (11)

- Universidade de Bolonha
- Universidade de Forli
- Universidade de Salento, Lecce
- Universidade de Milão
- Universidade de Nápoles - Instituto Universitário Orientale
- Universidade de Nápoles Suor Orsola
- Universidade de Pádua
- Universidade de Pavia
- Universidade de Trento
- Universidade de Turim
- Universidade Ca' Foscari de Veneza

Lituânia

Protocolos de Cooperação para Docência (2)

- Universidade de Vilnius
- Universidade de Kaunas

Luxemburgo

Centro Cultural Português no Luxemburgo

Coordenação de Ensino Português no Estrangeiro no Luxemburgo, Bélgica e Holanda

Coordenador: Joaquim Prazeres

Macedónia

Protocolo de Cooperação para Docência (1)

- Universidade de St. Cyril and St. Methodius

Moldávia

Centro de Língua Portuguesa (1)

- Universidade de Chisinau

Protocolo de Cooperação para Docência (1)

- Universidade de Chisinau

Países Baixos

Coordenação de Ensino Português no Estrangeiro

Coordenador: Joaquim Prazeres (Luxemburgo)
Adjunta: Carina Gaspar

Polónia

Cátedra (1)

- Cátedra Vergílio Ferreira, Universidade Jagellónica, Cracóvia

Centro de Língua Portuguesa (1)

- Universidade Marie Curie, Lublin

Leitorados de Português (2)

- Universidade de Varsóvia
- Universidade Marie Curie, Lublin (acumulação)

Protocolo de Cooperação para Docência (1)

- Universidade Adam Mickiewicz

Reino Unido

Coordenação de Ensino Português no Estrangeiro no Reino Unido e Ilhas do Canal

Coordenadora: Regina Duarte

Cátedras (4)

- Cátedra Gil Vicente, Universidade de Birmingham
- Cátedra Charles Boxer, King's College London - Universidade de Londres
- Cátedra Sophia de Mello Breyner Andresen, Universidade de Manchester
- Cátedra D. João II, Universidade de Oxford

Centro de Língua e Cultura Portuguesa (1)

King's College London - Universidade de Londres

Centros de Língua Portuguesa (5)

- Universidade de Edimburgo
- Universidade de Leeds
- Universidade de Newcastle Upon Tyne
- Universidade de Oxford

Leitorados de Português (3)

- Universidade de Cambridge
- Universidade de Newcastle Upon Tyne

Protocolos de Cooperação para Docência (9)

- Universidade Queen's de Belfast
- Universidade de Bristol
- Universidade de Edimburgo
- Universidade de Glasgow
- Universidade de Leeds
- Universidade de Liverpool
- University of London - Queen Mary,
- Universidade de Nottingham
- Universidade de Southampton

República Checa

Centro de Língua Portuguesa (1)

- Universidade Carolina, Praga

Leitorados de Português (3)

- Universidade Carolina, Praga
- Leitorado de Português na Universidade Masaryk , Brno (acumulação)
- Leitorado de Português na Universidade de Palacký, Olomouc (acumulação)

Protocolos de Cooperação para Docência (5)

- Universidade de Hradec Kralové
- Universidade de Ostrava
- Universidade da Boémia Ocidental, Pilsen
- Academia Diplomática – MNE CZ, Praga
- Escola Superior de Economia, Praga

Roménia

Cátedras (2)

- Cátedra Fernando Pessoa, Universidade de Bucareste
- Cátedra António Lobo Antunes, Universidade Ovidius, Constança

Centros de Língua Portuguesa (3)

- Universidade de Bucareste
- Universitatea Babeș-Bolyai , Cluj-Napoca
- Universidade Ovidius, Constança

Leitorado de Português (1)

- Universidade de Bucareste

Protocolos de Cooperação para Docência (3)

- Protocolo de Cooperação com a Universidade de Babes-Bolyai , Cluj-Napoca
- Protocolo de Cooperação com a Universidade Ovidius, Constança
- Protocolo de Cooperação com a **Universidade de Vest din, Timisoara**

Rússia

Leitorados (2)

- Universidade Estatal Lomonossov, Moscovo
- Universidade Estatal de Relações Internacionais (acumulação)

Protocolos de Cooperação para Docência (2)

- Universidade Estatal de St. Petersburgo
- Universidade Pedagógica Hertzen

Sérvia

Centro de Língua Portuguesa (1)

- Universidade de Belgrado

Protocolos de Cooperação para Docência (3)

- Universidade de Belgrado
- Universidade de Kragujevac
- Universidade de Novi Sad

Suécia

Centro de Língua Portuguesa (1)

- Universidade de Estocolmo

Protocolo de Cooperação para Docência (1)

- Protocolo de Cooperação com a Universidade de Estocolmo

Suíça

Coordenação de Ensino Português no Estrangeiro

Coordenadora: Lurdes Gonçalves
Adjunto: Carlos Oliveira

Cátedra (1)

- Cátedra Carlos de Oliveira, Universidade de Zurique

Instituição apoiada (2)

- Universidade de Friburgo
- Universidade de Genebra - Centro de Estudos Lusófonos

Turquia

Leitorado de Português (1)

- Leitorado de Português na Universidade de Ancara

África

África do Sul

Coordenação de Ensino Português no Estrangeiro na África Austral
Coordenador: Rui Manuel Azevedo

Centro de Língua Portuguesa (1)

- Universidade de Witwatersrand

Leitorados (2)

- Universidade de Witwatersrand
- Universidade de Pretória

Protocolos de Cooperação para Docência (2)

- Protocolo de Cooperação com a Universidade da Cidade do Cabo
- Protocolo de Cooperação com o Parlamento Sul-Africano

Programas de cooperação para o ensino extracurricular (4)

- Alliance Française da Cidade do Cabo
- Alliance Française de Durban
- Alliance Française de Joanesburgo
- Alliance Française de Pretória

Angola

Cooperação Portuguesa
Centro Cultural Português em Luanda

Centros de Língua Portuguesa (3)

- Universidade de Katayvala Bwila, Benguela
- Instituto Superior de Ciências da Educação de Luanda

Leitorados de Português (2)

- Universidade de Katayvala Bwila
- Universidade Agostinho Neto, Instituto Superior de Ciências da Educação – ISCED, Huambo

Protocolos de Cooperação para Docência (2)

- Universidade Agostinho Neto - Instituto Superior de Ciências da Educação – ISCED, Luanda
- Universidade Agostinho Neto - Polo do Lubango. Instituto Superior de Ciências da Educação - ISCED

Botsuana

Leitorados de Português (2)

- Universidade do Botswana
- SADC - Comunidade Económica para o Desenvolvimento da África Austral (acumulação)

Cabo Verde

Cooperação Portuguesa
Centro Cultural Português na Praia e Pólo no Mindelo

Centro de Língua Portuguesa (1)

- Universidade de Cabo Verde

Leitorado de Português (1)

- Universidade de Cabo Verde

Costa do Marfim

Leitorado de Português (1)

- Universidade de Cocody (em acumulação)

Egito

Leitorados (2)

- Universidade Ain Shams

Centro de Língua Portuguesa (1)

Embaixada de Portugal - Cursos Extracurriculares de Português

Etiópia

Centro de Língua Portuguesa (1)

- União Africana - Secção de Língua Portuguesa

Protocolos de Cooperação para Docência (2)

- Universidade de Adis Abeba (acumulação)

Guiné-Bissau

Cooperação Portuguesa
Centro Cultural Português em Bissau

Centro de Língua Portuguesa (1)
Escola Superior Normal Tchico-Té

Leitorados (2)

- Escola Superior Normal Tchico-Té
- Assembleia Nacional Popular da Guiné-Bissau

Marrocos

Centro Cultural Português em Rabat e Polo em Casablanca

Centro de Língua Portuguesa (1)

- Universidade Mohammed V - Agdal

Protocolos de Cooperação para Docência (1)

- Universidade Mohammed V - Agdal

Moçambique

Cooperação Portuguesa
Centro Cultural Português em Maputo e Polo da Beira

Cátedra (1)

- Cátedra Português Língua Segunda e Estrangeira, Universidade Eduardo Mondlane

Centros de Língua Portuguesa (6)

- Universidade Pedagógica - Delegação na Beira
- Universidade Pedagógica - Delegação de Niassa – Lichinga
- Universidade Pedagógica de Maputo
- Universidade Pedagógica - Delegação de Nampula
- Universidade Pedagógica - Polo de Quelimane
- Universidade Pedagógica, Xai-Xai

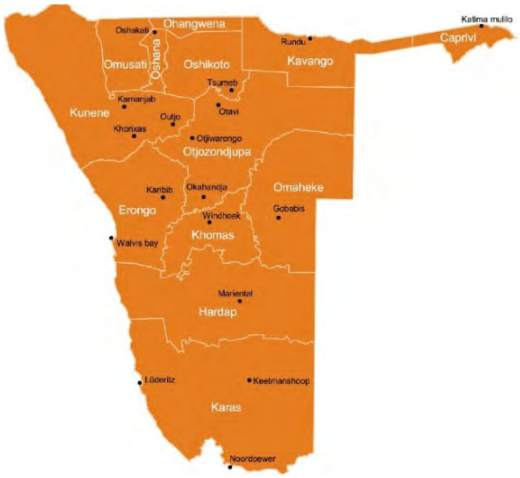
Leitorados de Português (2)

- Universidade Eduardo Mondlane
- Universidade Pedagógica de Maputo

Protocolos de Cooperação para Docência (6)

- Universidade Pedagógica - Polo da Beira
- Universidade Pedagógica - Polo de Lichinga
- Universidade Pedagógica - Polo de Maputo
- Universidade Pedagógica - Polo de Nampula
- Universidade Pedagógica - Polo de Quelimane
- Universidade Pedagógica - Polo de Gaza

Namíbia



Coordenação de Ensino Português no Estrangeiro

Coordenador: Rui Azevedo (África do Sul)
Adjunta: Carla Pereira

Centro de Língua Portuguesa (1)

- Universidade da Namíbia, Windhoek

Leitorado de Português (1)

- Universidade da Namíbia

Nigéria

Leitorado de Português (2)

- CEDEAO - Comunidade Económica dos Estados da África Ocidental
- Universidade de Abuja (acumulação)

São Tomé e Príncipe

Cooperação Portuguesa
Centro Cultural Português em São Tomé e Polo do Príncipe

Centro de Língua Portuguesa (1)

- Instituto Superior Politécnico de São Tomé e Príncipe

Leitorado (1)

- Leitorado de Português no Instituto Superior Politécnico de São Tomé e Príncipe

Senegal

Centro de Língua Portuguesa (1)

- Universidade Cheikh Anta Diop, Dakar

Leitorado de Português (1)

- Universidade Cheik Anta Diop, Dakar

Suazilândia

Coordenação de Ensino Português no Estrangeiro
Coordenador: Rui Manuel Azevedo (África do Sul)

Tunísia

Centro de Língua Portuguesa (1)

- Universidade de La Manouba, Tunes

Protocolos de Cooperação para Docência (5)

- Universidade de La Manouba, Tunes
- Universidade 7 de novembro, Cartago
- Banco Africano de Desenvolvimento (BAD)
- Instituto Bourguiba
- Instituto Diplomático

Zimbabué

Coordenação de Ensino Português no Estrangeiro

Coordenador: Rui Manuel Azevedo (África do Sul)

Centro de Língua Portuguesa (1)

- Alliance Française em Harare

Leitorado de Português (1)

- Universidade do Zimbabué

Ásia e Oceânia

Austrália

Coordenação de Ensino Português no Estrangeiro
Coordenadora: Susana Teixeira-Pinto

China (RPC)

Secção Cultural da Embaixada de Portugal em Pequim

Centros de Língua Portuguesa (3)

- Universidade de Estudos Estrangeiros de Pequim (BFSU)
- Universidade de Estudos Internacionais de Xangai (SISU)

Leitorado de Português (3)

- Universidade de Comunicações da China
- Universidade de Estudos Estrangeiros de Pequim (BFSU)
- Universidade de Estudos Internacionais de Xangai (SISU)

Macau (RAEM)

Instituto Português do Oriente (IPOR)

Centro de Língua Portuguesa

República da Coreia

Centro de Língua Portuguesa (1)

Universidade de Estudos Estrangeiros de Hankuk, Seul

Japão

Centro Cultural Português

Protocolos de Cooperação para Docência (2)

- Universidade de Estudos Estrangeiros de Tóquio

Instituições apoiadas (3)

- Universidade de Kanda
- Universidade de Osaka
- Universidade de Quioto

Índia

Centro Cultural Português em Nova Deli

Centro de Língua Portuguesa (1)

- Universidade de Goa

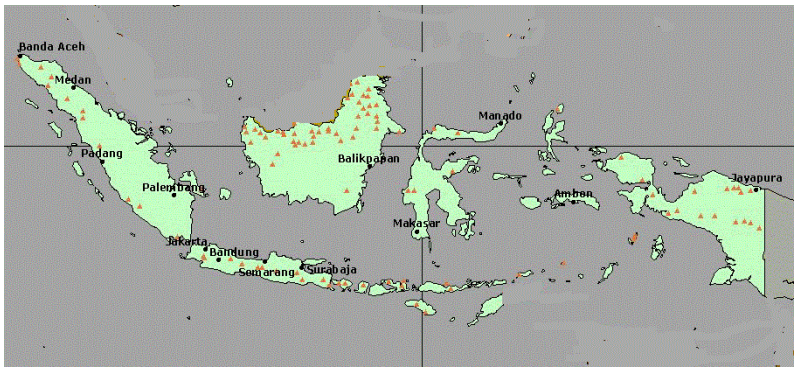
Leitorado (1)

- Universidade de Nova Deli (vago)
- Universidade de Goa

Protocolos de Cooperação para Docência (4)

- Universidade Jadavpur, Calcutá
- Smt. Parvatibai Chowgule College of Arts and Science, Margão
- Universidade Jawaharlal Nehru, Nova Deli
- Universidade Jamia Millia Islamia, Nova Deli

Indonésia



Protocolo de Cooperação para Docência (1)

- Universidade Indonésia

Tailândia

Centro Cultural Português em Banguecoque

Leitorados (2)

- Universidade Chulalongkorn
- Universidade de Thammasat (acumulação)

Timor-Leste

Cooperação Portuguesa
Centro Cultural Português em Díli

Instituto de Língua Portuguesa (ILP) - Universidade Nacional de Timor Lorosa'e

Leitorado (1)

- Parlamento Nacional de Timor-Leste

Vietname

Protocolo de Cooperação para Docência (1)

- Universidade de Hanói

América Latina

Argentina

Centro de Língua Portuguesa (1)

- Instituto de Enseñanza Superior en Lenguas Vivas "Juan Ramon Fernandez"

Leitorado de Português (1)

- Leitorado de Português no Instituto de Ensino Superior em Línguas Vivas "Juan Ramon Fernandez"

Brasil

Centro Cultural Português em Brasília

Cátedras (5)

- Cátedra Fidelino de Figueiredo, Universidade do Estado da Bahia
- Programa de Investigação, Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais
- Cátedra Agostinho da Silva, Universidade de Brasília
- Cátedra Padre António Vieira de Estudos Portugueses, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro
- Cátedra Jaime Cortesão, Universidade de São Paulo

Chile

Leitorados de Português (2)

- Universidade de Santiago do Chile
- Universidade do Chile (acumulação)

Colômbia

Cátedra (1)

- Cátedra de Estudos Portugueses Fernando Pessoa, Universidad de Los Andes

Protocolo de Cooperação para Docência (1)

- Universidade Nacional da Colômbia

México

Cátedra (1)

- Cátedra José Saramago, Universidade Nacional Autónoma do México

Centros de Língua Portuguesa (2)

- Universidade Nacional Autónoma do México - Cidade Universitária
- Universidade Nacional Autónoma do México - Campus Acatlán

Leitorado de Português (1)

- Universidade Nacional Autónoma do México (UNAM)

Uruguai

Leitorado de Português (1)

- Universidade da República, Montevideu

Venezuela

Coordenação de Ensino Português no Estrangeiro

Coordenador: Rainer Sousa

Centro de Língua Portuguesa (1)

- Universidade Central da Venezuela

Protocolos de Cooperação para Docência (1)

- Universidade Central da Venezuela

América do Norte

Canadá

Coordenação de Ensino Português no Estrangeiro

Coordenadora: Ana Paula dos Santos Ribeiro

Cátedra (1)

- Cátedra de Cultura Portuguesa, Universidade de Montreal

Centro de Língua Portuguesa (1)

- Consulado de Portugal em Toronto

Leitorado de Português (1)

- Universidade de Toronto

Protocolos de Cooperação para Docência (3)

- Universidade de Montreal
- Universidade de Otava
- Universidade York

Estados Unidos da América (EUA)

Coordenação de Ensino Português no Estrangeiro

Adjuntos de Coordenação: António Oliveira (Newark), João Caixinha (Boston)

Centros de Língua Portuguesa (2)

- University of Massachusetts - Boston
- The State University of New Jersey-Rutgers

Leitorados de Português (2)

- Universidade de Massachusetts, Boston
- Universidade Georgetown, Washington

Protocolos de Cooperação para Docência (13)

- Universidade da Califórnia – Berkeley
- Boston College
- Universidade Northeastern
- Universidade do Ohio – Columbus
- Universidade de Massachusetts - Dartmouth
- Universidade Estatal de Nova Jersey - Rutgers
- Universidade de Nova Iorque - Queens College
- Universidade de Nova Iorque
- Universidade de Porto Rico
- Universidade Brown
- Rhode Island College
- Universidade da Califórnia - San Jose
- Universidade da Califórnia - Santa Bárbara